

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO TECNOLÓGICO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SISTEMAS DE GESTÃO

LUIZ ALBERTO DE LIMA LEANDRO

RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE
EDUCADORES AMBIENTAIS NO ENSINO SUPERIOR

Niteroi
2005

LUIZ ALBERTO DE LIMA LEANDRO

RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE
EDUCADORES AMBIENTAIS NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sistemas de Gestão. Área de concentração: Organizações e Estratégia. Linha de Pesquisa: **Sistema de Gestão do Meio Ambiente.**

Orientadora:

Prof^a. Renata de Sá Osborne da Costa, D.Sc.

Niteroi
2005

LUIZ ALBERTO DE LIMA LEANDRO

RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE
EDUCADORES AMBIENTAIS NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sistemas de Gestão. Área de concentração: Organizações e Estratégia. Linha de Pesquisa: **Sistema de Gestão do Meio Ambiente.**

Aprovado em 15 de setembro de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Renata de Sá Osborne da Costa, D.Sc.
Universidade Federal Fluminense

Prof. Emílio Maciel Eigenheer, Dsc.
Universidade Federal Fluminense

Prof. Edson Pinheiro de Lima, Dsc.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Dedico este trabalho

Aos meus pais Leandro e Cristian Regina, aos meus irmãos Leon e Leonardo.
Aos meus amigos Pe. Valter, Pierre, Cláudia, Kleber e Carla pelo incentivo, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por conceder-me a força necessária à busca do aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Aos meus pais Leandro e Cristian Regina, pela valiosa contribuição a minha formação moral.

A minha orientadora Dra. Renata pela atenção dedicada. Sem ela este trabalho, provavelmente, não estaria concluído.

A Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro pela minha formação acadêmica e religiosa.

“O Homem vive da natureza, quer dizer: a natureza é seu corpo, com o qual tem que se manter em permanente intercâmbio para não morrer” (Karl Marx).

RESUMO

As diversas conferências mundiais e a literatura atual confirmam que a sociedade está vivendo uma crise ambiental sem precedentes. Muitos autores afirmam que o problema está sendo causado por uma crise ética. Como solução para este problema, surge a idéia de que só por meio de ações educativas poder-se-ia pensar na solução da problemática ambiental. A literatura apresenta a universidade como o local onde podem ser pensados os caminhos para a solução dos problemas da sociedade. Trabalhar a questão da ética no ambiente da universidade é algo importantíssimo diante da crise ambiental emergente. Esta dissertação apresenta uma proposta de reflexão acerca da Ética Ambiental para o educador ambiental que atua no ensino superior, aborda a importância desta reflexão para a formação de docentes e discentes, e a utilidade da criação de um código de ética para este processo. Na revisão de literatura foi feita uma rápida incursão pela filosofia, a fim de trazer uma luz ao conceito de ética e Ética Ambiental, além de ter sido realizado um aprofundamento sobre os temas Educação Ambiental e Educação Ambiental na Universidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa. Foram criadas e analisadas categorias que emergiram das falas dos participantes da pesquisa. Os participantes confirmaram ser a questão da ética algo essencial para a caminhada rumo à solução dos problemas ambientais. Observa-se que a principal confusão ao redor da questão da ética é conceitual e carece de urgente esclarecimento. A reflexão sobre a Ética Ambiental, de uma maneira geral, ainda não facilitou a discussão sobre a interdisciplinaridade no ambiente da universidade. Verificou-se que é importantíssimo trabalhar a formação ética dos educandos. Para que a universidade possa oferecer alternativas que sejam realmente válidas, é preciso que institucionalmente aconteçam mudanças. A criação de um código de ética para o educador ambiental que atua na universidade é controversa e divide os educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Ética Ambiental, Crise Ambiental, Universidade.

ABSTRACT

Nowadays, most world conferences and contemporary writings on the subject, assure us that Society is passing through unprecedented environmental crises. Several authors present the problem as being caused by a crisis in ethics. As a solution comes the idea that only by means of action in the field of education will it be possible to visualize an appropriate answer to these environmental questions. Environmental literature suggests that Universities are the right places in which to work on society's problems. This document presents a proposal for reflection on Environmental Ethics for those educators who work in universities. It also suggests the importance of this reflection for the academic education of teachers and students, and in addition suggests the usefulness of creating an ethical code for this process. By examining the literature on the subject, it was possible, by means of shedding light on the concept of Ethics and Environmental Ethics, to mark a trajectory through Philosophy and to investigate more profoundly Environmental Education in general, and more specifically the Environmental Education taught at universities. The methodology used qualitative research. When it was created, it was used to analyze categories of data which had come from research participants; the participants agreed that the ethical question was an essential way of finding solutions to environmental problems. The principal confusion on the ethical question is a conceptual one, and begs an immediate explanation. The reflection on Environmental Ethics did not facilitate, in general, any discussion on the interdisciplinary matter in the university environment. It concluded that the ethical education of students badly needed to be worked on. In order to permit universities to offer real valid alternatives, it is necessary to make institutional changes. The creation of an Ethical Code for environmental educators in universities remains both controversial and divisive.

KEY WORDS: Environmental Ethics, Environmental Crises, University.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O PROBLEMA.....	11
1.2 QUESTÃO CENTRAL E SUB-QUESTÕES.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 ÉTICA E MORAL.....	17
2.2 ÉTICA AMBIENTAL.....	21
2.2.1 Ciência, Técnica e Meio Ambiente	
2.2.2 A Concepção Ética da Questão Ambiental	23
2.2.3 Ética Ecológica e Ética Ambiental	25
2.3 CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	29
2.4 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	33
2.5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	38
2.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E UNIVERSIDADE.....	40
3 METODOLOGIA	45
3.1 TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS.....	45
3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	46
3.3 SUBJETIVIDADE DO PESQUISADOR.....	47
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
4.1 PERSPECTIVAS DOS ENTREVISTADOS.....	50
4.1.1 Conceito de Ética Ambiental/Ecológica	50
4.1.2 Ética Ambiental e Formação Permanente	57
4.1.3 Prática e Ética Ambiental	62
4.1.4 Ética Ambiental e Formação dos Educandos	67
4.1.5 Código de Ética para o Educador Ambiental	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
APÊNDICES	95
ANEXOS	98

1 INTRODUÇÃO

É possível afirmar que o homem tem se apropriado e utilizado de maneira desordenada os recursos naturais do planeta. Segundo Andrade (1997), a partir da década de 60, por ocasião da aceleração da industrialização e do crescimento populacional junto às áreas industrializadas, os impactos ambientais tornaram-se mais evidentes, e o homem finalmente pôde confrontar-se com a real possibilidade de exaurir os recursos naturais.

Diante das dificuldades encontradas em conseguir equilibrar progresso e meio ambiente, Leis (1992), afirma que o relativismo moral, uma prática moral individualista-antropocêntrica onde o homem coloca-se como o centro, e a natureza deve ser algo disponível para servi-lo, pode ser considerado como uma das causas da situação atual no que diz respeito às questões de ameaça ao meio ambiente. Como solução para este problema, surge a idéia de que só por meio de ações educativas poder-se-ia pensar na solução da problemática ambiental. Guimarães e Tomazello (2003), afirmam que mais do que soluções técnicas são necessárias ações educativas que proporcionem mudanças de hábitos, valores e atitudes. Ao pensar em valores, hábitos, atitudes e responsabilidade, a discussão passa para o campo da ética. Nas últimas décadas diversas conferências internacionais foram realizadas para tratar da questão da crise ambiental planetária. Em praticamente todas elas foram feitos apelos para que a humanidade pudesse pautar as suas relações em uma ética que fosse baseada no respeito ao meio ambiente, mesmo diante da diversidade cultural existente (CARVALHO, 2003).

Considerando que a universidade é o local onde podem ser buscadas as soluções dos problemas da sociedade em geral, deve-se considerar que no espaço universitário poderão ser apontados os caminhos para que se consiga pensar na solução da planetária emergente (RIOJAS, 2003).

1.1 O PROBLEMA

A forma como o ser humano se organiza e utiliza os recursos naturais necessários para sua existência deve perpassar pelo crivo da consciência, da responsabilidade, do respeito às diferenças e do valor dado às individualidades. É possível afirmar que a sociedade contemporânea encontra muita dificuldade em conseguir progredir conciliando crescimento com preservação do meio ambiente (LEIS, 1994).

Face à discussão que envolve o tema meio ambiente, a educação ambiental vem sendo apontada como uma das vias para a solução dos problemas desde os anos 70, onde foram realizados os primeiros encontros internacionais sobre a questão do meio ambiente. Embora, segundo Loureiro (2004), os fundamentos da educação ambiental tenham sido definidos e aceitos internacionalmente, já na década de 70, toda a problemática que envolve as questões relativas ao meio ambiente ainda encontra-se muitas vezes mal esclarecida, havendo uma perda de densidade na compreensão dos conceitos que, atualmente, encontram-se confusos, perdendo por vezes a objetividade e o sentido.

A literatura é clara quando relata que os avanços conquistados no campo da ética e da moral não acompanharam os crescimentos econômico, tecnológico e científico das últimas décadas. Autores como Leis (1994), Carvalho (2003), Leff (2003) e Pelizzoli (2004), afirmam que a crise ecológica atual foi antecipada pela ausência de uma postura ética. Diante de tal realidade, diversos autores propõem a reflexão acerca do desenvolvimento de uma ética que funcione como bússola para nortear a práxis do educador ambiental (GRÜN, 1996; CARVALHO, 2003; PELIZZOLI, 2004), em especial no ambiente da universidade, que tem, em virtude de suas características, o grande desafio de encontrar soluções para a crise ambiental emergente (RIOJAS, 2003; GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003).

1.2 QUESTÃO CENTRAL E SUB-QUESTÕES

Neste trabalho pretende-se fazer uma reflexão sobre a Ética Ambiental presente na formação do educador ambiental que atua na universidade.

A questão central abordada nesta pesquisa é a seguinte: O que é Ética Ambiental para o educador ambiental que atua na universidade, qual a sua importância na formação do docente e do discente e qual a utilidade da criação de um código de ética para este processo?

Objetivando aprofundar o tema, buscou-se responder as seguintes sub-questões:

- 1) Qual o conceito/noção de Ética Ambiental / Ecológica para o educador ambiental que atua na universidade?
- 2) O que este educador pensa sobre a importância de incorporar a reflexão desses conceitos à sua formação permanente?
- 3) Como este conceito / noção pode influenciar a prática do educador ambiental no trabalho do dia-a-dia (na universidade)?
- 4) Qual a importância em se preocupar com a formação ética dos educandos? Como uma formação ética pode influenciar a vida (como viver) e as decisões profissionais dos educandos?
- 5) Seria importante pensar na criação de um código ética para o educador ambiental que atua na universidade?

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta proposta de trabalho encontra sua relevância no fato de que vários estudos foram e estão sendo feitos em torno da ética como uma das vias para que se pense na solução dos problemas ambientais (PELIZZOLI, 2004; DIAS, 2004; CARVALHO, 2003; LEFF, 2003; BURSZTYN, 2002; SIQUEIRA, 2002; ENGER; SMITH, 2000; LEIS, 1992).

A universidade é um espaço institucional de grande importância para a solução dos problemas da sociedade (RIOJAS, 2003). É de se esperar, segundo Guimarães e Tomazello (2003), que o educador ambiental que atua no ensino superior possa contribuir para a mudança da realidade socioambiental.

Segundo Rodrigues (2001), o educador ambiental tem a responsabilidade de contribuir para a construção da capacidade de observação, de análise, de julgamento e de adesão dos educandos; tais habilidades desenvolverão nestes a capacidade de estabelecer juízos de valor e assumir responsabilidades por suas escolhas inclusive no que diz respeito às questões ambientais.

Leis (1994), afirma que um ressurgimento ético que traga uma reflexão sobre valores e direitos, e que possibilite uma convivência harmônica entre o homem e a natureza, é um dos caminhos para a solução dos problemas ambientais.

A educação, em especial a universitária, que possui a missão de formar profissionais para o mercado, deve ser considerada como algo essencial para que se consiga superar a crise planetária. É necessário que os professores universitários sejam formados com bases que estejam além da mera memorização de conteúdos ecológicos. Estes educadores, trabalhando de maneira interdisciplinar, devem possuir uma formação que lhes dê condições de refletir sobre conceitos, valores, e atitudes que possam contribuir para a real conscientização da sociedade com relação às questões do meio ambiente (GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003).

1.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS

Nesta seção serão definidos alguns termos para facilitar a compreensão do leitor.

Conte-Sponville (2003), define valor como algo que é desejável, e esta coisa só é desejável porque é desejada. Para este autor o que vale é o que agrada ou regozija um indivíduo numa dada sociedade, ou seja, o valor é algo relativo à pessoa, ao tempo e a sua sociedade. A valorização das coisas vai depender do homem e de seus desejos. Portanto, não há valores que sejam absolutos, o que existe são desejos e conflitos de desejos.

Outras duas palavras utilizadas muitas vezes como sinônimos, mas que possuem suas diferenças são: noção e conceito. Conte-Sponville (2003), define noção como algo mais vago e mais vasto, que já é dado, e que é resultado de certa experiência ou educação. Já conceito deve ser entendido como uma coisa mais precisa, tendo uma compreensão mais rica, possuindo uma extensão menor do que a noção. O conceito é algo produzido, é resultado de uma elaboração, de um trabalho.

O termo responsabilidade empregado neste trabalho também deve ser esclarecido. Para Mondin (1980), ser responsável significa poder e dever responder por seus próprios atos. A responsabilidade inclui assumir o poder que cada um possui de tomar as suas próprias decisões e arcar com as conseqüências delas, inclusive das ruínas. Em praticamente todas as sociedades, só as crianças muito pequenas e os dementes estão isentos da responsabilidade pelos próprios atos (CONTE-SPONVILLE, 2003).

Tendo em vista que a educação ambiental é um tema que deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar, pensar a educação ambiental de maneira compartimentalizada, isolada não contribuirá para o avanço das práticas que possibilitem a tomada de consciência no que diz respeito às questões ambientais (BRANCO, 2003). Faz-se necessário então esclarecer o termo interdisciplinaridade. Para compreender este conceito, é preciso entender o que é disciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, para marcar as diferenças entre estes conceitos, que muitas vezes são confundidos.

De acordo com Iribarry (2003) disciplinaridade consiste em um conjunto sistematizado de conhecimentos com características próprias e individuais. As disciplinas

tendem a um contato com outras; e o tipo de relação entre elas vai depender da maneira como se articulam.

Na multidisciplinaridade os assuntos são tratados de maneira isolada, sem que a relação entre as disciplinas seja explicitada não havendo nenhuma cooperação entre elas. Deve-se observar, porém, que a ausência de articulação não significa uma falta de relação. O fato é que embora exista uma relação entre as disciplinas que compõe, por exemplo, uma grade curricular, elas são inseridas numa espécie de esquema automático de ação onde não há espaço para uma articulação com as outras disciplinas, trocando conteúdos, experiências vivências etc.

A pluridisciplinaridade envolve a relação entre diversas disciplinas situadas em um mesmo nível, de maneira que a relação entre elas apareça. Há cooperação, mas sem coordenação. Neste caso existe até um certo contato, uma articulação, mas tudo acontece sem que necessariamente haja coordenação.

A interdisciplinaridade caracteriza-se pelo envolvimento geral de todas as disciplinas. Existe uma finalidade comum ao sistema, ou seja, todas as disciplinas trabalham para atingir o mesmo objetivo. “[...] na interdisciplinaridade, a descrição geral envolve uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definidas em um nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade” (IRIBARRY, 2003, p. 484). Existem diversas disciplinas envolvidas, mas o que prevalece é um saber superior definido previamente. A interdisciplinaridade é considerada como um sistema que possui dois níveis e que conta com objetivos múltiplos, onde a coordenação para que se atinjam estes objetivos fica a cargo do nível superior (JUPIASSU, 1976 apud IRIBARRY, 2003). É importante ressaltar que segundo Morin (2002) apud Augusto et al (2004), uma educação que esteja orientada pela prática interdisciplinar objetiva formar alunos com uma visão global de mundo tornando-os hábeis para articular, religar, contextualizar e situar-se num contexto geral.

Iribarry (2003) diz que a transdisciplinaridade envolve a coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas, orientadas para um objetivo comum. Como exemplo pode-se citar a construção do conteúdo programático de um curso universitário para formação de administradores de empresas. O corpo docente poderá ser constituído por profissionais de diversas áreas, tais como economia, matemática, psicologia, sociologia, filosofia, engenharia, administração etc. Num contexto transdisciplinar não basta que cada

profissional tenha um profundo conhecimento de sua profissão para a construção dos conteúdos programáticos. Para que se encontrem os caminhos para o alcance das metas é preciso que as disciplinas e os profissionais envolvidos estejam “reciprocamente situados em sua área de origem e na área de cada um dos seus colegas” (IRIBARRY, 2003, p. 484). Uma disciplina deve entrar na outra reciprocamente para que objetivos sejam alcançados. É preciso ir além da própria formação e reconhecer que a solução dos problemas que surgem numa área pode ser encontrada em outras do conjunto de disciplinas relacionadas. O que significa que cada profissional deve ter a humildade de ir além da sua disciplina e buscar um diálogo com outras que poderão trazer um novo olhar rumo à solução dos problemas complexos que são apresentados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÉTICA E MORAL

A questão da ética já vem sendo exaustivamente trabalhada; logo, não se pretende nesta dissertação fazer um levantamento histórico nem aprofundar demasiadamente o tema.

É importante mencionar que as primeiras reflexões filosóficas acerca da ética foram realizadas por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, há mais de dois mil anos atrás. Aristóteles inicia sua reflexão sobre a ética falando da finalidade das coisas: afirma que em tudo que se faz existe um fim, e esse fim é o bem realizável mediante a ação. Um problema, apontado por Aristóteles, está em definir o que é este bem. Para ele o bem comum, isto é, o da coletividade, deveria estar acima dos interesses individuais. Aristóteles, para resolver a questão do que seria o bem, aponta que este, que se pode alcançar pela ação, seria a felicidade. Esta seria conceituada por ele como algo absoluto, ou seja, algo que é procurado sempre com vistas em si mesmo e nunca observando outras finalidades como a honra, prazeres etc. Como para Aristóteles tudo tem um objetivo ou finalidade, o homem também deve ter a sua função, que é a atividade de busca da felicidade, que ganha consistência na vida em sociedade, onde ocorrem as manifestações das ações humanas. Pode-se então concluir que para Aristóteles, a ética é algo que se manifesta na vida em sociedade.

Uma reflexão sobre a origem das palavras pode ajudar a evoluir na compreensão dos conceitos. Segundo Vazquez (2003) moral, que vem do latim *mores*, ou seja, costume, referia-se assim a um conjunto de normas adquirido por hábito. Percebe-se então que, partindo de suas origens, a moral refere-se ao comportamento ou modo de agir adquirido (algo não natural) pelo homem. Já a ética tem suas origens na palavra grega *ethos*, que quer dizer modo de ser ou caráter, como forma ou estilo de vida também adquirido ou conquistado pelos homens. Conclui-se que, em suas origens, os conceitos de ética e moral confundiam-se, revelando um caráter, não natural, mas adquirido, conquistado do modo de viver em sociedade do homem. Porém Vazquez (2003) afirma que essa investigação etimológica sobre moral e ética não conduz ao que as palavras significam atualmente. Entretanto, a origem das palavras ajuda a compreender o campo

de abrangência dos conceitos, ou seja, os termos moral e ética situam-se no campo do comportamento humano como algo adquirido ou conquistado pelo homem sobrepujando o que existe nele de pura natureza.

Cabe então aprofundar o esclarecimento dos conceitos de moral e ética para que se tente dirimir certas dúvidas que parecem freqüentes. Krüger (1998) apud Carvalho (2003) afirma que a moral é concreta e diz respeito ao nível individual, ou seja, a moral se refere a um conjunto de regras assumidas por determinada sociedade num determinado tempo; sociedade esta que faz seus esforços para garantir o cumprimento destas prescrições. Vazquez (2003) também afirma que os homens agem, no seu dia-a-dia, moralmente, tomam as suas decisões observando regras que consideram válidas e, suas decisões são tomadas em face de determinados problemas prático-morais. Esse ato moral conduz o homem ao campo da responsabilidade sobre os atos, pois um ato moral só é realmente válido quando o homem é livre, consciente e tem responsabilidade pelo ato.

A ética de acordo com Krüger (1998) apud Carvalho (2003), é algo mais social, entendida como a doutrina dos costumes. Vazquez (2003) explica que a ética não cria a moral, ou seja, como os homens agem moralmente, dentro de um contexto histórico, na sociedade, se faz necessária uma reflexão sobre este comportamento prático-moral. Neste momento acontece “a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral ou da ética” (VÁZQUEZ, 2003, p. 17). Partindo deste raciocínio, a ética pode ser compreendida como a teoria que estuda a moral, sua função, seria a mesma de toda teoria: investigar, esclarecer e explicar a realidade, assim como elaborar os conceitos correspondentes.

Carvalho (2003) diz que a moral fornece o conteúdo a ser validado pela ética. Segundo este mesmo autor o resultado da reflexão sobre os conceitos de ética e moral, apesar de interessante, é pouco esclarecedor no que diz respeito ao uso das palavras no dia-a-dia, porém uma questão parece estar bastante clara: a afirmação de Dussel (1986) apud Carvalho (2003) de que a ética não pode ser compreendida sem a moral. Sem uma reflexão que envolva valores, juízos e responsabilidade sobre os atos morais, não é possível pensar em ética.

A ética poderá dizer-lhe, em geral, o que é um comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim – o bom – visado pelo comportamento moral, do

qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos. O problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não teórico-ético. Ao contrário, definir o que é bom não é um problema moral cuja solução cabe ao indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de competência do investigador moral, ou seja, do ético. (VAZQUEZ, 2003, p. 17)

Diversos autores no campo da Educação Ambiental tratam ética e moral quase como sinônimos o que segundo Comte-Sponville (2003) é algo que acontece em diferentes áreas devido a problemática que envolve a origem das palavras. Para esclarecer mais a questão é importante levar em consideração a conceituação de Comte-Sponville (2003), onde o autor apresenta a moral como um discurso normativo, feito sempre de regras, ou seja, mandamentos e proibições, tratados como deveres. Já a ética pode ser entendida também como algo normativo, porém não imperativo; a ética é composta de conhecimentos e opções, como um conjunto refletido e hierarquizado de desejos. A moral responde sempre a pergunta: O que fazer? Já a ética responde a questão: Como viver?

Comte-Sponville (2003), afirma que é um erro optar apenas por uma moral, afastando-se da ética, pois a moral “responde incompletamente a questão ‘como viver?’, já que não tende nem a felicidade nem a sabedoria” (COMTE-SPONVILLE, 2003, p. 219). Para este autor é necessário que haja um diálogo freqüente entre moral e ética. Além de incluir a moral, a ética traz em seu bojo a sua própria reflexão sobre a vida e de como viver da melhor maneira possível, buscando sempre pensar na questão da oposição entre o Bom e o Mau, considerados de maneira relativa, ou seja, como valores relativos.

Assim, a ética é um trabalho, um processo, um caminhar: é o caminho pensado de viver, na medida em que tende para a vida boa, como diriam os gregos, ou para a menos ruim possível, e é essa a única sabedoria verdadeira. (COMTE-SPOVILLE, 2003, p. 220).

De acordo com as leituras empreendidas verificou-se que podem ser encontradas, a princípio, três maneiras de conceber a ética. Uma delas trata a ética como uma disciplina, um ramo da filosofia especulativa cujo objetivo é concordar com princípios filosóficos de caráter universal, em detrimento de uma reflexão sobre a moral concreta e sua concepção histórica. De acordo com Vazquez (2003) esta maneira de entender a ética encontra seu fundamento no fato de que durante muitos séculos a

filosofia teve que se ocupar em fornecer soluções para praticamente tudo, e desde a antiguidade os filósofos não deixaram de se ocupar da ética e de seus questionamentos.

Na medida em que o saber científico evoluiu, várias áreas se desprenderam da filosofia para conquistar seu espaço e sua metodologia específica de investigação própria. Segundo Vazquez (2003) a ética também está seguindo este caminho. Daí a segunda maneira de entender a ética: uma teoria que se ocupa de explicar a moral, relacionando-a com os seres humanos, sociais e históricos. Esta ética está sempre preocupada em explicar porque o homem se comporta de determinada maneira, e no que consiste o bom visado por este comportamento moral. Esta teoria ética não está interessada em oferecer recomendações sobre o que o indivíduo concreto deve ou não fazer para que seus atos sejam considerados valiosos. Apesar de estar buscando a sua autonomia como saber científico continua mantendo uma estreita relação com a filosofia, em especial, segundo Vazquez (2003), com a filosofia racionalista e imanentista, que basicamente eliminam os fatores irracionais da discussão. Esta ética não concorda com qualquer visão de mundo, especialmente as trazem em seu bojo a totalização e a universalização dos conceitos.

Uma terceira perspectiva apresenta a ética como uma disciplina normativa, que tem como objetivo fazer certas recomendações que indicariam o melhor comportamento sob a perspectiva da moral. Tal concepção faz do ético uma espécie de legislador, que tem como tarefa dizer aos homens o que devem ou não fazer para que seus comportamentos sejam moralmente aceitos. Esta maneira de entender dissocia o ser humano de seu caráter histórico, e cultural, pois ao pretender formular (impor) regras de conduta que sejam universais esquece justamente o que deveria refletir: o diálogo para que se consiga alcançar a convivência harmoniosa no planeta (DEMO, 2005; PELIZZOLI, 2004).

2.2 A ÉTICA AMBIENTAL

2.2.1 Ciência, Técnica e Meio Ambiente

O ser humano teve, desde a antiguidade, diferentes maneiras de lidar com natureza e explicar seus fenômenos. Os homens primitivos concebiam a natureza como algo mágico e, já naquele tempo, a mesma era valorizada a partir das necessidades dos homens. Na antiguidade clássica a natureza deixa de ser vista como mágica e passa-se para uma concepção científica (MARCONDES, 1992; DUARTE, 1986 apud TOZONI-REIS, 2004). Isto fica bastante claro nas seguintes palavras: “O desejo de conhecer o mundo [...] e a tentativa de explicá-lo de modo racional é uma das contribuições mais fundamentais do pensamento grego à tradição cultural do ocidente” (MARCONDES, 1992, p. 31). Esta curiosidade de conhecer as causas primeiras permitiu que os homens começassem a compreender os fenômenos naturais. Estes entenderam, já na antiguidade, que eram parte integrante do mundo, da realidade que os envolvia. Para os gregos a ciência revela que princípios e causas são em sua essência naturais, ou seja, são imanentes.

A ciência enquanto saber teórico é contemplativo, e a natureza, objeto deste conhecimento, é uma realidade que deve ser contemplada. Pensando desta forma, pode-se verificar que os gregos faziam distinção entre ciência e técnica. A técnica era considerada como um saber mais prático, tendo sempre uma finalidade, visando atingir um objetivo específico. Já a ciência, era vista como algo mais nobre, porque objetivava apenas satisfazer o intelecto, não estando atrelada a nenhum objetivo concreto.

A técnica [...] é um saber instrumental, que tem uma finalidade ou objetivo específico, que corresponde a um interesse determinado e visa a obtenção de resultados. Assim, a medicina é um saber técnico (os gregos denominavam uma *techné*), bem como a arte do pedreiro, do sapateiro, ou do escultor. O aprendizado dessas artes dá-se pela prática, por um processo de observação e imitação do aprendiz na oficina do mestre [...] Trata-se, portanto, de um saber que envolve o domínio de regras práticas que permitem a realização do objetivo visado e que dependem basicamente da experiência da qual são uma elaboração. O que podemos chamar de um ‘saber fazer’.

O saber Científico, enquanto saber teórico, é considerado mais elevado, mais puro, porque incondicionado, visando apenas à satisfação de um interesse intelectual, e não está limitado ou condicionado por nenhum fim ou objetivo concreto, que de certa forma poderiam desvirtuar este saber, ao dirigi-lo, orientá-lo de uma maneira determinada fazendo com que o pensamento perdesse sua

liberdade especulativa, se fosse condicionado à necessidade de uma aplicação prática. (MARCONDES, 1992, p.33).

Essa separação entre ciência e técnica não foi obstáculo para o desenvolvimento de ambas no período clássico, embora se tratando de duas esferas completamente distintas.

De acordo com Marcondes (1992), somente nos séculos XI e XII, foi possível perceber as primeiras mudanças na maneira de compreender ciência e técnica. Neste período houve um interesse pelo desenvolvimento da ciência.

Na modernidade pôde-se ver a passagem da visão clássica de ciência para a moderna. Os principais representantes deste período são Francis Bacon, Galileu, Descartes e depois Newton. Bacon pensa a ciência como algo que necessariamente teria uma aplicação técnica, um saber instrumental. Aí surge uma maneira diferente de o homem compreender a natureza. Esta não é mais percebida como uma realidade a ser contemplada, mas algo que o homem pode utilizar em benefício próprio. O homem passa a apropriar-se da natureza. Esta maneira de pensar revela a concepção mecanicista, forte traço deste período, onde a natureza é vista como uma máquina que o homem pode perfeitamente controlar. Esta retirada do *ser* da natureza, transformando-a em *coisa*, trouxe conseqüências graves para o meio ambiente, que começaram a ser sentidas principalmente após a Revolução Industrial do final do século XVIII (PELIZZOLI, 2004).

As críticas filosóficas a esta visão mecanicista ocorreram no início do século XX, após a primeira Guerra Mundial. A idéia de dominação e controle em relação à natureza foi levada também para a esfera social. O controle político também se torna uma exigência em função de uma racionalidade, pois é impossível pensar em uma sociedade na qual a técnica seja uma prioridade sem que a dominação seja exercida (MARCONDES, 1992).

2.2.2 A Concepção Ética da Questão Ambiental

De acordo com Andrade (1997) e Dias (2004), a partir da década de 60, em virtude da aceleração da industrialização e do crescimento populacional nos países industrializados, os impactos ambientais tornaram-se mais evidentes e o homem passou a manifestar mais explicitamente sua preocupação com a questão. Aos pesquisadores da área ambiental chega o seguinte desafio: refletir sobre a capacidade de suporte do planeta ao modelo de desenvolvimento adotado. Segundo Dias (2004), cada vez mais pessoas adotam no mundo todo os mesmos padrões de consumo. São exercidas pressões sobre uma mesma categoria de recursos que não consegue se regenerar na mesma medida em que são consumidos.

A questão ambiental ganhou mais notoriedade, principalmente nos países desenvolvidos, com a realização grandes eventos internacionais. O Clube de Roma (criado em 1968), publicou o relatório Os Limites do Crescimento, que trazia em seu conteúdo projeções de como seria o futuro da humanidade caso não houvesse uma modificação no modelo de desenvolvimento em curso. Em 1972, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, reuniu 113 países com o objetivo de estabelecer uma visão globalizante e princípios comuns que fornecessem orientações para a humanidade sobre como preservar e melhorar o ambiente humano. Em 1977, aconteceu em Tbilisi, na Geórgia (ex-união soviética) a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que fora organizada pela Unesco, contando com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Esta conferência, que ficou conhecida como Conferência de Tbilisi, foi, na verdade, uma continuação das reflexões e discussões iniciadas nas conferências anteriores. Tal evento contribuiu grandemente para definir a natureza da Educação Ambiental – EA, e sua dimensão ética, vinculando-a a realidade através da estruturação das suas atividades em torno dos problemas concretos, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, entendida como algo contínuo, que deve ser orientado a todos grupos, níveis e categorias profissionais (TOZONI-REIS, 2004).

A preocupação com a questão ambiental cresceu bastante desde a década de 70, e, neste período, ocorreram muitas reuniões e conferências que buscaram mostrar a

complexidade da questão ambiental, sempre ressaltando sua dimensão ética. Destaca-se neste sentido a conferência de Belgrado (1975), onde foi elaborada a Carta de Belgrado que pode ser considerada como o documento que trouxe à tona a questão da Ética Ambiental para a esfera da EA, embora a necessidade de uma ética para lidar com a natureza já tivesse sido apontada por Aldo Leopoldo em 1949.

Nós necessitamos de uma nova ética global [...] que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consonantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera; que reconheça e responda [...] as complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza e entre os povos. Mudanças significativas devem ocorrer em todas as nações do mundo, para assegurar o tipo de desenvolvimento racional que será orientado por essa nova idéia global. [...] para que se possam alcançar as mudanças necessárias, milhões de pessoas deverão adequar as suas prioridades e assumir uma ética individualizada e pessoal que manifeste, em seu comportamento uma postura de compromisso com a melhoria da qualidade do meio ambiente e a vida de todos os povos do mundo.
(Carta de Belgrado, 1975. Tradução nossa)

A Carta de Belgrado representa um dos mais importantes documentos para a reflexão da dimensão ética das questões ambientais. É importante ressaltar que a Carta faz um apelo à responsabilidade que cada indivíduo tem sobre o meio ambiente, afirmando que diariamente cada um deve refletir sobre as contribuições efetivas que foram feitas para a solução dos problemas ambientais vigentes. A Carta traz uma reflexão sobre a responsabilidade individual que cada pessoa tem, e, sobre os valores, o que confirma a necessidade de refletir sobre Ética Ambiental.

Pensar sobre o estabelecimento de uma Ética Ambiental torna-se algo difícil, tendo em vista a confusão conceitual e a pouca teorização sobre o tema (LEIS, 1992). Autores afirmam que os conceitos que envolvem as questões sobre meio ambiente, em especial a Educação Ambiental encontram-se confusos, perdendo, sobretudo sua densidade (LOUREIRO, 2004; SIQUEIRA, 2002). A preocupação com a questão ambiental expressa um “ressurgimento ético” (LEIS, 1992, p. 57). Todos esses eventos que acontecem ao redor do globo para tratar do tema meio ambiente indicam que a sociedade está buscando refletir acerca de uma ética que possa fornecer subsídios para balizar as suas relações com o meio ambiente, algo que a conduza ao bem comum, fora da lógica que desencadeou a crise ambiental atual (LEIS, 1992; SIQUEIRA, 2002; GRÜN, 2003).

2.2.3 Ética Ecológica e Ética Ambiental

Objetivando uma melhor compreensão dos conceitos, pretende-se abordar o significado das expressões: Ética Ecológica e Ética Ambiental, assim como a sua relação/diálogo com a Educação Ambiental.

Para que fiquem claros os conceitos de Ética Ecológica e Ética Ambiental, é preciso compreender o significado dos termos ecologia e ambiente. A palavra ecologia tem sua origem no grego *oikos*, que quer dizer casa. Num sentido geral, ecologia significa um estudo dos ambientes ou dos habitats, em especial dos ambientes vivos e do conjunto destes que se chama biosfera (COMTE-SPONVILLE, 2003). Muitas vezes confunde-se este termo com o movimento ecologismo, que é uma ideologia que utiliza os estudos ecológicos para defender suas idéias.

De acordo com Leis (1992), as idéias ecológicas podem ser percebidas já nos meados do século XIX, mas o ecologismo como movimento causador de profundas mudanças começa a ter significado no período pós-guerra, nas décadas de 50 e 60. Este mesmo autor afirma que a preocupação com a ecologia ocorreu primeiramente no campo científico, com os estudos da Teoria Geral dos Sistemas e a idéia de ecossistema. Na primeira fase do ecologismo era muito comum trabalhar-se com uma Ética Ecológica que tinha valores positivos lutando contra valores negativos (LEIS, 1992). Ou seja, um confronto entre um grupo orientado por valores oriundos do biocentrismo, do retorno à natureza; e um outro grupo voltado para o antropocentrismo, o utilitarismo e a subjugação da natureza em função das necessidades humanas. Segundo Leis (1992), este maniqueísmo não contribuiu para o crescimento do movimento ecológico em geral, e nem para o desenvolvimento de uma Ética Ecológica que tivesse o objetivo de servir como fator de integração e convergência entre as duas visões. Segundo este mesmo autor o ecologismo pode e deve situar-se entre a posição otimista do economicismo neoclássico – que encontra na expansão do mercado e no desenvolvimento tecnológico, que garantiriam o crescimento econômico permanente, a saída para todos os problemas – e a pessimista, com o biologismo malthusiano – que se caracteriza por sempre aguardar um colapso da humanidade em função de um crescimento desordenado da população em relação aos limites do ambiente natural. É justamente entre essas duas visões que o ecologismo deve estar situado, pois “para cuidar da relação sociedade-natureza não

apela nem confia em soluções técnicas que não se apoiem numa mudança de valores e atitudes básicos, num compromisso ético” (LEIS, 1992, p. 59).

Grün (1994) apud Carvalho (2003) diz que a Ética Ecológica pode ser considerada como um encontro entre o homem que é agente moral, com seus direitos e deveres, e a natureza, que é amoral e sem direitos, porém dotada de valor, o que requer que as relações com ela estabelecidas sejam orientadas por “pressupostos éticos de responsabilidade” (CARVALHO, 2003, p. 38). O que se pode concluir, após uma reflexão sobre o termo ecologismo, partindo da conceituação de ecologia, é que o ecologismo traz intrinsecamente uma bagagem ética, pois segundo Leis (1992, p. 59): “as respostas para a crise ecológica pertencem, em rigor, muito mais a ética do que a política ou à técnica”. A Ética Ecológica pode ser entendida como um conjunto de condutas que oferecem caminhos para orientar a relação entre o homem e a natureza, levando em consideração que esta ética tem como objetivo a integração entre todos os seres vivos e suas relações bioecológicas (SIQUEIRA, 1991 apud CARVALHO, 2003).

Iniciar-se-á agora a reflexão sobre a palavra ambiente, com o intuito de esclarecer o conceito de Ética Ambiental. Este termo é definido por Fernandes et al (1992) como aquilo que envolve ou rodeia, e também como o meio em que se vive, ou tudo aquilo que está ao redor. A partir desta definição pode-se chegar ao conceito de meio ambiente, que para Quintas (1995) é entendido como a relação, em diferentes épocas e lugares, dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural. O meio ambiente, diferentemente do meio físico-natural, que não precisa do homem para existir, necessita do trabalho dos seres humanos para ser construído e reconstruído e, portanto, para ter existência concreta. O homem tem liberdade para agir sobre o meio natural e modificá-lo de acordo com sua vontade. Pode-se concluir que o meio natural e o meio social são indissociáveis.

Ao relacionar-se com a natureza e com outros homens, o ser humano produz cultura: cria bens, valores, modos de fazer, pensar, perceber o mundo, de interagir com o meio físico-natural e com os próprios seres humanos, construindo assim o meio ambiente. Embora o homem não seja passivo, como basicamente é o meio físico-natural, não tem o direito de assumir uma postura dominadora, pois seja num nível micro ou macro, o homem depende do meio em que vive.

O reconhecimento desta realidade, a partir da formação de uma consciência ambiental mais ampla, implica na adoção de uma nova lógica de conduta para

com a natureza, que só assume um significado mais amplo, se fundamentada numa ética ambiental com profundos reflexos no cotidiano da sociedade em geral, criando assim uma possibilidade de se inserir no arcabouço cultural da mesma. (CARVALHO, 2003, p.38)

De acordo com as reflexões de Carvalho (2003), o fato de que os seres humanos dependem de suas relações com o meio físico-natural para sua sobrevivência no planeta, faz emergir a reflexão sobre a necessidade da adoção de uma nova forma de relacionamento entre os seres humanos (entre si) e com o meio físico natural. Esta reflexão só assumirá um sentido realmente válido se estiver pautada numa ética que possibilite harmonizar a relação homem-natureza.

Dês Jardins (1993) apud Wirth e Gamon (1999) define Ética Ambiental como a relação moral e consciente entre os seres humanos e o meio físico-natural. A ética ambiental deve estar envolvida e preocupada com as obrigações, direitos e responsabilidades que envolvem o meio ambiente do qual o homem depende e está incluído: “A linguagem da ética ambiental está orientada para o cuidado, a reciprocidade e a atenção” (WARREN, 1990; WIRTH, 1996 apud WIRTH; GAMON, 1999, p. 45. Tradução nossa).

De acordo com a literatura consultada, em diversos momentos os conceitos de Ética Ecológica e Ética Ambiental se encontram e até se equivalem. Podendo ser entendidos como maneiras diferentes de se tratar de um mesmo assunto. Inicialmente pensou-se que os textos mais antigos trariam a expressão Ética Ecológica, por ser o movimento denominado ecologismo anterior, já que o termo ambiental começa a ser utilizado posteriormente. Segundo Leis (1992), a expressão ecologismo começa a ter significado nas décadas de 50 e 60. Entretanto, mesmo autores que escreveram trabalhos mais recentes como Carvalho (2003), Isabel Carvalho (2004), Dias (2004) e Pelizzoli (2004), utilizam as duas expressões para tratar do mesmo assunto em seus textos, por vezes revezando-as durante a redação.

O que se considerou importante neste estudo foi perceber que, segundo Isabel Carvalho (2004), Pelizzoli (2004), Grün (2003), Carvalho (2003), Leff (2003), Siqueira (2002), Bursztyn (2002), Araújo (2001), Cremaschi (2000), Enger e Smith (2000), Wirth e Gamon (1999), Leis (1992), a compreensão da crise socioambiental, que o homem tem se confrontado, perpassa pela questão da ética. O reconhecimento deste fato pode ser considerado como um grande passo para a solução da problemática ambiental.

Entretanto, segundo Leis (1992) e Grün (2003) as questões que envolvem a Ética Ecológica/Ambiental, e “a pergunta ética: o que fazer?” (GRÜN, 2003, p. 114), encontram-se ainda sem um caminho claro e sem uma resposta que atenda as demandas atuais. Cabe afirmar que, de acordo com Carvalho (2003), Riojas (2003) e Siqueira (2002), um dos caminhos para que se consiga trabalhar as questões éticas é através da Educação Ambiental, em especial no âmbito do ensino formal superior, por ser a universidade um espaço de construção de conhecimento e pesquisa, de onde podem sair soluções para a crise ambiental.

Deve-se pensar em uma EA que esteja preocupada com a formação do sujeito comprometido com uma mudança de valores, com a finalidade de desenvolver novos hábitos e costumes. Esta EA deve estar comprometida com a construção de uma sociedade que leve em consideração a relação saudável entre o homem e o meio físico natural. Deve ainda contribuir para a valorização de humanos e não-humanos, que tem direitos que vão além das necessidades imediatas do consumo. Iniciando este caminho talvez se consiga vislumbrar uma solução para a problemática que envolve as questões ambientais atuais (CARVALHO, 2003).

Como foi dito anteriormente, diversos eventos foram realizados para tratar dos assuntos que envolvem o tema meio ambiente desde a década de 70. Segundo Leis (1994), todo esse movimento em torno desta temática acontece porque a civilização contemporânea encontra dificuldades para avançar tecnicamente mantendo uma harmonia com a natureza. Ele afirma que a atual problemática envolvendo as questões ambientais está levando os tecnocratas a reconhecerem que a solução da maior parte dos problemas relativos ao meio ambiente não pode ser resolvida apenas pela técnica, necessitam de uma resposta vinda do campo da ética, que propõe uma mudança de valores e atitudes. As questões ambientais atuais devem exceder às dimensões sociais, técnicas e políticas, devendo ser definitivamente levadas ao campo da ética.

O grande desafio proposto pela Agenda 21, é, segundo Bursztyn (2002), trabalhar a relação entre ciência e ética, ou seja, a necessidade de se estabelecer uma ética que possibilite conciliar crescimento e melhores condições materiais de subsistência com a sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Mas como responder a este desafio de conciliação? Tozoni-Reis (2004), confirma que a resposta para esta questão está relacionada com a educação. Segundo esta autora, já na década de 70, foram realizados

encontros que objetivavam discutir esta temática: apontar que a Educação Ambiental seria um dos principais caminhos para a solução dos problemas relativos ao meio ambiente.

2.3 CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

A história da Educação Ambiental por vezes confunde-se com a história da questão ambiental mundial. De acordo com Loureiro (2004), o nome Educação Ambiental, foi adotado na Universidade de Keele, no reino Unido no ano de 1965, durante a conferência em educação daquela universidade. Porém, segundo Dias (2004), a expressão estudos ambientais já era utilizada por profissionais da educação naquele país.

A primeira grande catástrofe ambiental, vista como uma espécie de reação ao estilo de vida dos homens contemporâneos aconteceu em 1952, quando morreram 1.600 pessoas em função da poluição do ar em Londres. Este fato resultou numa proposta de sensibilização para com as questões ambientais, o que deu origem a Lei do Ar Puro, aprovada pelo parlamento inglês no ano de 1956. A partir de então, iniciou-se uma série de debates com outros países sobre as questões que envolvem o meio ambiente, ocasionando também o surgimento do ambientalismo nos Estados Unidos nos anos 60. Neste período ocorreram reformas no ensino de ciências. Entretanto a temática ambiental era abordada de maneira reducionista, e os trabalhos de conscientização acerca das conseqüências da ação do homem no meio ambiente eram insipientes, ficando restritos a algumas advertências praticadas nas universidades (DIAS, 2004).

Nos anos 60, o mundo começou a ver que o modelo de desenvolvimento adotado pelos países mais ricos estava trazendo conseqüências trágicas para o meio ambiente. Tais preocupações levaram a jornalista americana Rachel Carson a escrever o livro Primavera Silenciosa, que se tornou um clássico dentro do contexto do ambientalismo mundial, o que desencadeou diversas discussões ao redor do tema. Durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, foi acordado que a Educação Ambiental deveria ser fundamental à educação de todos os cidadãos.

Em abril de 1968, um grupo de especialistas de áreas diversas reuniram-se em Roma, com o objetivo de discutir as questões relativas ao meio ambiente humano. Esta

reunião deu origem ao Clube de Roma, que em 1972, publicou o relatório *The limits of growth* – Os limites do crescimento – que através de estudos pioneiros, revelou que caso as nações não alterassem o modelo de desenvolvimento em curso a humanidade poderia sofrer um colapso.

A Primeira conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972, foi algo histórico para as discussões acerca da problemática ambiental (TOZONI-REIS, 2004). Esta conferência reuniu representantes de 113 países que tinham como meta o estabelecimento de uma visão global e princípios comuns que servissem para orientar o mundo no sentido de preservar e melhorar o ambiente humano. De acordo com Loureiro (2004), em Estocolmo foi observada a importância de se criar um vínculo entre a educação e a questão ambiental através da recomendação número 96, que reconhecia a Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise mundial. Este assunto foi amplamente discutido com projeção mundial. Embora esta conferência tenha chamado a atenção para o problema do meio ambiente, também gerou controvérsias. Os países mais pobres acusaram as nações mais ricas de querer impor limites ao seu desenvolvimento, usando como subterfúgio as questões ambientais, para combater as chances de competitividade.

Outros eventos importantes da década de 70 foram o Seminário de Belgrado, que ocorreu na Iugoslávia em 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, que reuniu especialistas de 65 países, e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, que aconteceu na Geórgia/URSS em 1977. No encontro de Belgrado foram formulados princípios e orientações para um programa de Educação Ambiental, em que estava estabelecido que a EA deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e orientada para os interesses nacionais. Este encontro deu origem a Carta de Belgrado, um documento que é considerado um marco histórico para a evolução dos movimentos em torno do tema meio ambiente. Em Tbilisi foi declarada como missão da EA “criar consciência e compreensão dos problemas ambientais e estimular a formação de comportamentos positivos”. (TOZONI-REIS, 2004, p. 5). A Conferência de Tbilisi teve como objetivo resolver a questão do que realmente vinha a ser Educação Ambiental, pois na época defendiam-se diversos conceitos e abordagens diferentes para o assunto, sendo que cada concepção estava sempre condicionada aos interesses de cada nação. Em Tbilisi, reuniram-se

especialistas de todo o mundo. Para o desenvolvimento da EA foi recomendado que se considerassem todos os aspectos que compõem a questão ambiental. Foi recomendado ainda que a educação ambiental deveria ser o resultado de uma reorganização e articulação de diversas disciplinas. As experiências educativas deveriam objetivar a visão integrada do meio ambiente, para que os indivíduos pudessem compreender a natureza com toda sua complexidade, adquirir conhecimentos, valores e habilidades para participar de maneira eficaz da prevenção e solução dos problemas ambientais emergentes. Neste momento foram estabelecidas, segundo Loureiro (2004), as grandes bases para o desenvolvimento da Educação Ambiental no mundo, e caberia a cada país trabalhar as questões ambientais dentro dos seus sistemas educacionais de acordo com as suas especificidades.

Em abril de 1987, foi divulgado o relatório da Comissão de Brundtland – Nosso Futuro Comum – este relatório trata de interesses comuns ao futuro da humanidade, definindo o Desenvolvimento Sustentável. Ainda em 1987, acontece a Conferência de Moscou que teve como objetivo a discussão das dificuldades encontradas e dos progressos alcançados pelos diversos países no âmbito da Educação Ambiental desde a Conferência de Tbilisi em 1977. Em Moscou foi realizada uma análise da crise ambiental, e, verificou-se que muito pouco havia sido feito, e que a distância entre ricos e pobres era cada vez maior, piorando as perspectivas com relação ao futuro. Nesta conferência houve segundo Tozoni-Reis (2004) a concordância de que a EA deveria estar orientada para a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos, atitudes e promoção de valores que estivessem orientados para a solução dos problemas ambientais. Foi acordado que a EA também deveria objetivar uma mudança de comportamento em toda as esferas da sociedade.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, ocorreu a revisão do documento de Tbilisi, com a finalidade de que fosse elaborada a Educação Ambiental na Agenda 21, que segundo Tozoni-Reis (2004), recontextualizava e ampliava princípios e recomendações contidas no documento de Tbilisi.

Esta conferência teve como principais objetivos: examinar a situação ambiental global e as mudanças ocorridas a partir de Estocolmo; verificar as estratégias de cada nação para que fossem indicadas ações apropriadas para a resolução dos problemas

ambientais; recomendar medidas para que fosse implementada uma política de desenvolvimento sustentado e promover aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional. Neste evento ficou clara a necessidade de trabalhar-se o enfoque interdisciplinar e a prioridade da reorientação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, além de ampliar os esforços para que a EA fosse mais difundida em todos os níveis educacionais e que houvesse a promoção do treinamento. Embora, a Agenda 21 não esteja restrita a Educação Ambiental, verifica-se a importância do tema tendo em vista que a EA perpassa por todos os 39 capítulos do documento que possui aproximadamente 800 páginas. Tozoni-Reis (2004) afirma, ainda, que na Agenda 21, encontra-se a base tríplice da Educação Ambiental reconhecida internacionalmente: 1) A reorientação do ensino: a Educação Ambiental deve estar voltada para o Desenvolvimento Sustentável – deve ser buscada uma integração entre desenvolvimento e meio ambiente. A busca por esta integração deve ser o princípio norteador da Educação Ambiental (corroborando as premissas de Tbilisi); 2) O aumento da consciência pública: Este aumento de consciência objetiva garantir atitudes e comportamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável – É possível pensar aqui numa reflexão sobre a ética; 3) A promoção do treinamento: promover o desenvolvimento de recursos humanos é algo fundamental. Segundo o documento, habilidades e conhecimentos devem ser preocupações fundamentais para a política de formação da força de trabalho.

O documento elaborado durante a Rio-92, reitera que a Educação Ambiental deve ser trabalhada de maneira interdisciplinar, e também estar organizada em educação formal, não-formal e informal, para todas as idades.

No ano de 2002, em Johannesburgo, realizou-se a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, onde “constatou-se a permanência da insustentabilidade do modelo econômico em curso”. (TOZONI-REIS, 2004, p. 7). Neste evento ficou claro que a desigualdade social e a crise ambiental andam juntas. Concluiu-se que a EA continua sendo a melhor estratégia para que se encontrem caminhos para solucionar a crise planetária.

2.4. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diante da eclosão da crise ambiental, esse inesperado obstáculo que interrompeu a trajetória do rumo civilizatório moderno, os variados sistemas sociais (ciência, tecnologia, economia, política, direito, educação), foram desafiados a reagir, apresentando propostas que objetivassem a solução, dentro de suas especificidades, para a questão da insustentabilidade do estilo de desenvolvimento vigente.

A educação não fugiu à regra, e segundo Pedrini e De-Paula (1997), fez emergir em seu interior, uma Educação Ambiental. Como educação a EA tem o objetivo de preparar os indivíduos para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania. Para exercer a cidadania é preciso ter liberdade, autonomia e responsabilidade, que são elementos essenciais para que se comece a pensar na necessidade de se trabalhar no sentido de educar para a formação do sujeito ético (RODRIGUES, 2001).

A educação inclui as dimensões físicas e intelectuais, as dimensões das habilidades de cada educando para ser responsável por si mesmo e também, a dimensão moral que pode conduzir o educando a uma adequada relação com a sociedade e a natureza (RODRIGUES, 2001). Nesse sentido, a EA corresponde à reação do sistema educativo frente aos desafios impostos pela crise ambiental. Assim, contra uma educação convencional que não é ambiental, busca-se realizar uma reforma no sistema educativo para incorporar a dimensão ambiental no âmbito da educação.

Veiga-Neto (1994) apud Tozoni-Reis (2004), aponta em seu estudo sobre problemas e perspectivas pós-modernas para a Educação Ambiental, que deve-se pensar nas questões morais e éticas para que os problemas ambientais comecem a ser solucionados. Já Garcia (1993) apud Tozoni-Reis (2004) afirma que a EA deve colaborar no sentido de trazer uma reflexão acerca dos valores éticos que objetivem estabelecer a relação entre o homem e a natureza.

Apesar de toda esta discussão sobre o tema, autores afirmam que a EA encontra-se imersa em uma problemática conceitual. O que dificulta o entendimento e o trabalho dos educadores ambientais em todos os níveis (LOUREIRO, 2004; PEDRINI; DE-PAULA, 1997).

Dias (2004), esclarece que a evolução do conceito de Educação Ambiental sempre esteve relacionada com o conceito de meio ambiente. Se o meio ambiente era percebido

sob uma ótica mais reducionista, o conceito de EA também seria entendido desta maneira. Com o acontecimento das principais conferências mundiais sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento humano, a EA passou a ganhar novos significados, afastando-se aos poucos do reducionismo antropocêntrico proposto anteriormente. Minini (2000), afirma que a EA deve proporcionar uma compreensão crítica e global, objetivando desenvolver atitudes, criar novos hábitos e despertar valores que possibilitem uma convivência harmoniosa entre o homem e o meio físico natural.

A Conferência de Estocolmo (1972) já recomendava que fosse implementado um programa de Educação Ambiental, que seria um dos elementos fundamentais para a solução da crise planetária. Em Belgrado (1975), respondendo às recomendações de Estocolmo, foram formuladas as orientações para a criação de um programa mundial de Educação Ambiental. Tais orientações diziam que a educação ambiental teria como meta:

A formação de uma população, consciente e preocupada com o meio ambiente (e com os problemas associados a ele), que tenha conhecimentos, atitudes, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e daqueles que estão por vir.
(Carta de Belgrado, 1975. Tradução nossa)

Em Tbilisi (1977) a EA teve seus objetivos, características e planos estabelecidos de maneira mais consistente. Esta conferência trouxe a perspectiva da complexidade às questões ambientais, enfocando-a através de um ponto de vista interdisciplinar e globalizador. Tbilisi define Educação Ambiental como um processo que teria como finalidade:

Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta para agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da sua qualidade de vida (DIAS, 2004, p. 83).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano e o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (conhecida mundialmente como Rio-92), a Educação Ambiental foi definida como um tipo de educação que se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e históricas. Esta, não

sendo pautada em um modelo rígido, deve considerar o estágio de cada país ou região sob um ponto de vista que leve em consideração a complexidade que envolve o tema. Nesta conferência foi reafirmado o fato de que a EA deve ser entendida como um processo de aprendizagem que objetiva a formação de uma nova consciência global, que seja pautada no respeito a todas as formas de vida.

A questão da informação e do acesso a tecnologias que possam conduzir ao Desenvolvimento Sustentável é também considerada como um dos pilares da EA durante esta conferência.

O autor deste trabalho considera importante abordar o tema Desenvolvimento Sustentável para que seja ampliada a compreensão do conceito de Educação Ambiental. Esta necessidade encontra fundamentação na afirmação de Sauv  (1997) de que a EA tem uma liga o intrínseca com o Desenvolvimento Sustentável – DS.

Segundo Freitas (2004), a no o inicial de Desenvolvimento Sustentável pôde ser observada na década de 70, juntamente com as primeiras conferências internacionais sobre o meio ambiente. Porém o tema obteve maior clareza a partir dos anos 80, mais especificamente com a elabora o do Relatório Brundtland, onde é definido como um tipo de desenvolvimento que deve atender as necessidades atuais sem comprometer as demandas das futuras gera es.

Embora o conceito de Desenvolvimento Sustentado tenha sido bastante debatido durante a Rio-92, Freitas (2004) afirma que o conceito é carregado de contradi es e a ambigüidades, estando estas presentes ainda nos dias atuais. Este mesmo autor diz que o motivo desta confusão é que o conceito foi elaborado partindo de diversas teorias desde os anos 70, o que ocasiona defini es diferentes, conferindo ao conceito uma certa confusão.

A ambigüidade da no o de desenvolvimento sustentável reside em que ao mesmo tempo que se aceita a existência de limites aos modos de vida que não sejam compatíveis com os princípios ecológicos, mant m-se a crença no crescimento ou desenvolvimento [...] para satisfazer as necessidades humanas. A ela junta-se a indefini o do conceito de necessidade.
(GARCIA; VERGARA, 2000 apud FREITAS, 2004, p. 549)

Muitos estudos direcionam a EA para a busca de uma sociedade que consiga promover mudanças em seus valores, hábitos e atitudes que contribuam para a soluço da crise ambiental. O que contribui para a idéia de que a Educa o Ambiental é algo que

está orientado para o Desenvolvimento Sustentável. Partindo desta relação, emerge, a partir década de 80, o conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentado – EDS. Nesta época o conceito de DS foi assumido como meta global na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (FREITAS, 2004).

Durante conferência de Joanesburgo em 2002 (conhecida como Rio+10), a Educação para o Desenvolvimento Sustentado foi apresentada como algo importantíssimo para que se consiga desenvolver uma sociedade sustentável. Foi proclamada então a década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável que vai de 2005 até 2014. Freitas (2004), diz que a maior parte dos especialistas que participaram de debates sobre a EDS, considera que esta é uma evolução do conceito de Educação Ambiental. Todavia alguns discordam. Caride e Meira (2004) apud Freitas (2004), dizem que embora a EA e a EDS sejam parcialmente coincidentes, “os enquadramentos que propiciam o saber e o saber fazer educativo-ambiental não poderão restringir-se apenas a suscitar atitudes nas pessoas para um desenvolvimento sustentável” (CARIDE; MEIRA, 2004, p. 278 apud FREITAS, 2004, p. 553). Mckeonwn e Hopkins (2003), dizem que a Educação Ambiental e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável são abordagens que, embora sejam complementares, devem ser trabalhadas de maneira distinta, possuindo cada uma sua agenda, suas prioridades e desenvolvimentos programáticos.

Embora a idéia de educação como algo que deva ser permanentemente trabalhado ao longo da vida contribua para dar base a noção de Desenvolvimento Sustentável, é possível contrapor pensando que a proposta de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável pode não apresentar uma nova fundamentação educativa, mas, reafirmar o reducionismo antropocêntrico no qual o conceito de desenvolvimento está imerso. Isabel Carvalho (2002) afirma que a Educação Ambiental na América Latina, e particularmente no Brasil, foi construída a partir da crítica social dos movimentos ecológicos. Tal realidade faz com que a EA se apresente como uma crítica à forma tradicional de educar, apresentando uma nova proposta de reflexão em torno da adoção de novos valores, hábitos e comportamentos, que possam reorientar a maneira de viver individual e coletiva. Para esta autora, substituir a expressão Educação Ambiental por Educação para o Desenvolvimento Sustentado significa “a perda de um atributo identitário e de uma tradição crítica para capitular diante do modelo contra o qual o ecologismo se insurge:

ideologia do desenvolvimento e do *homo economicus* – mesmo que seja um desenvolvimento com uma face ambiental” (CARVALHO, 2002, p.86).

Apesar das conferências internacionais apontarem para uma provável substituição da expressão Educação Ambiental por Educação para o Desenvolvimento Sustentável, tanto Sauv  (1997) como Carvalho (2002) convidam a reflexão sobre o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável. Essas autoras afirmam que o DS busca conciliar a sustentabilidade ambiental com crescimento econ mico, sem perder o compromisso com a lógica do desenvolvimento. O Desenvolvimento Sustentável deixa intocada a sua idéia central de economia de mercado, que tem como base o sistema capitalista, que prima por um estilo de vida baseado no consumo, o que na verdade apenas fortalece o modelo econ mico vigente.

Esse modelo de desenvolvimento simplesmente propõe que devemos aprender a viver dentro dos nossos mecanismos. O DS é percebido como um conceito perigoso, que não suporta nossa análise. Ele sanciona o *status quo* (negócios como sempre) do lucro sustentável e, portanto, não pode permitir uma reforma radical das relações dos seres humanos e da Natureza-Terra. (NOZICK, 1992 apud SAUVÉ, 1997 p.14)

O debate em torno das questões que envolvem o deslocamento do conceito de Desenvolvimento Sustentável de suas origens, buscando sua integração   EA, pode segundo Carvalho (2002), colocar em risco a identidade ambiental e seu sentido histórico-político. Entretanto, Sauv  (1997) argumenta que as diferentes concepções podem co-existir; porém elas vão influenciar os educadores ambientais para a definição e prática da Educação Ambiental. Para esta autora o maior objetivo da educação deve ser o desenvolvimento de uma sociedade que assuma a responsabilidade sobre seus próprios atos, o que orienta o assunto para o campo da  tica.

Autores afirmam que a discussão sobre o assunto está em pleno curso. Sauv  (1997) diz que a expressão apropriada devia ser Educação Ambiental para o Desenvolvimento de Sociedades Responsáveis ao invés de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Porém a adoção desta expressão traria à tona a discussão acerca de pressupostos  ticos, onde o tema responsabilidade teria lugar de estaque.

2.5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No que se refere à questão da Educação Ambiental no Brasil, as conseqüências da Conferência de Estocolmo, chegaram ao país, segundo Dias (2004), através da pressão gerada pelo Banco Mundial e algumas instituições ambientalistas que já estavam atuando por aqui. No ano de 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, que foi o primeiro órgão brasileiro responsável pelas questões do meio ambiente. Ainda na década de 70, embora já houvesse algum movimento ao redor do tema Educação Ambiental no Brasil, ainda não havia uma política educacional definida no país. Em resposta a situação que o Brasil atravessava, os órgãos estaduais de meio ambiente iniciaram a promoção da EA através das parcerias entre as instituições envolvidas com a questão do meio ambiente e as secretarias de educação estaduais.

De acordo com Dias (2004), na década de 70, foi bastante difundido no país o ecologismo, que segundo este mesmo autor é uma deformação de abordagem onde defendia-se o meio ambiente, entendido aqui apenas como o meio físico natural, sem levar em conta as questões sociais tão importantes para o país. No final dos anos 70, após a conferência de Tbilisi (1977), no Brasil o Ministério da Educação e Cultura, o MEC, lança em 1978, um documento com propostas para o ensino de ecologia orientado para o primeiro e segundo grau. Tal proposta foi considerada um retrocesso, tendo em vista a visão reducionista que apresentava. A Educação Ambiental ficaria alocada num grupo de disciplinas das ciências biológicas, sem que se levasse em conta os demais aspectos que compõem as discussões em torno das questões do meio ambiente como cultura, sociedade, política, ética, moral etc. O lançamento do documento gerou insatisfação junto àqueles que conheciam as propostas de Tbilisi, que continham os elementos considerados fundamentais para o trabalho com a Educação Ambiental.

Segundo Pedrini (2002), havia na década de 80, uma confusão conceitual ao redor do tema Educação Ambiental, tanto em um nível nacional, quanto internacional, o que dificultava bastante os trabalhos na área. A década de 90 foi muito mais interessante no que diz respeito às questões de avaliação e práticas de EA no país (PEDRINI, 2002). Ainda hoje diversos documentos mostram que a Educação Ambiental vem sendo discutida no âmbito governamental, porém, segundo Moradillo e Oki (2004), o governo tem restringido a discussão a um enfoque naturalista e preservacionista. A Educação

Ambiental no Brasil foi oficializada pela lei federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, a qual deu origem a Política Nacional do Meio Ambiente. Dias (2004), aponta que no final de 1989, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), criou o seu grupo de trabalho para a Educação Ambiental, com o objetivo de difundir e orientar diversas ações em torno do tema meio ambiente e EA. Os trabalhos deste grupo foram intensos, principalmente após a conferência Rio-92, que também endossou as recomendações da Conferência sobre Educação para Todos (Tailândia em 1990), que abordava a questão do analfabetismo ambiental, o qual foi classificado como o pior tipo, pois conduz a “perda contínua e progressiva da qualidade de vida no planeta” (DIAS, 2004, p. 172). Embora o grupo de trabalho para a Educação Ambiental encontrasse dificuldades para atuar, conseguiu, segundo Dias (2004), realizar em dois anos, mais do que o MEC não fora capaz em 15 anos. Não obstante, no governo Fernando Henrique, as atividades do grupo de trabalho foram praticamente extintas.

A inclusão da discussão acerca do meio ambiente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira também foi considerada importante para a EA no país. Diversos órgãos federais estiveram envolvidos com a questão ambiental e vários programas foram criados. Como exemplo pode-se falar do Programa Nacional de Educação Ambiental, o PRONEA, as Diretrizes de Educação Ambiental, o DEA, e o Programa de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, o PEPEA.

Em 1997 houve em Brasília a Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental, a CNEA, onde foi redigida e aprovada a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, que contava com um minucioso diagnóstico da situação da EA no Brasil. Com base neste diagnóstico foram emitidas recomendações objetivando a melhoria do processo de desenvolvimento da Educação Ambiental no país. O documento ainda reforça as recomendações de Tbilisi (1977), e consegue também expressar as dificuldades vividas durante o processo. No ano de 1999, o senado aprovou a lei federal 9.795, que diz que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, e que deve estar presente em todos os níveis do processo educativo em caráter formal e não-formal. Cabe observar que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma política nacional específica para a Educação Ambiental. Tal fato deve ser visto como algo bastante positivo no que diz respeito aos esforços para que consiga encontrar uma solução para crise ambiental.

2.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E UNIVERSIDADE

Observa-se que nas últimas décadas houve uma conscientização gradual, em um nível mundial e individual, em torno do tema meio ambiente e da sua relação com a educação. Entretanto Leis (1992), afirma que a problemática ambiental não pode ser resolvida por meios puramente tecnológicos, antes é preciso que se perceba que estes problemas encontram suas raízes em fatores sociais, econômicos e culturais; devendo o homem buscar a solução agindo a priori sobre valores, crenças, atitudes e comportamentos, individuais e sociais. De acordo com Demo (2005) já é realidade que a sociedade enxerga que a ciência não consegue encontrar a solução para tudo, e nem é capaz de perscrutar a natureza por completo devido a sua grande complexidade. Por maior que sejam os avanços tecnológicos alcançados, o ser humano, sendo parte da natureza, é tipicamente evolucionário e histórico e não pode observar a natureza de fora ou acima dela.

Em virtude da quantidade de eventos e publicações nacionais e internacionais sobre a questão do meio ambiente, é possível afirmar que existe uma lenta, porém crescente, conscientização em relação aos problemas que envolvem este tema. Muitas nações estão procurando resolver a problemática ambiental com soluções puramente tecnológicas. Porém, diversos autores continuam confirmando que tais ações têm se mostrado insuficientes para resolver a questão (LEIS, 1992; GRÜN, 1996; NOAL, 2002; CARVALHO, 2003; TOZONI-REIS, 2004; PELIZZOLI, 2004, DEMO, 2005).

A conferência de Tbilisi realizada em 1977 confirma que a EA é um dos caminhos fundamentais para a solução da crise planetária. Nesta Conferência foram estabelecidos os objetivos e princípios fundamentais da Educação Ambiental em todos os níveis, dentro e fora do ambiente escolar, onde se encontra também inserida a Educação Superior. Cabe repetir que a EA é, de acordo com as recomendações de Tbilisi, considerada como um processo permanente através do qual a sociedade e os atores sociais são conscientizados sobre as questões que envolvem o meio ambiente e adquirem ou desenvolvem valores, habilidades e atitudes, que os tornam capazes de agir livre, individual e coletivamente, para a solução dos problemas ambientais. É importante lembrar que em Tbilisi buscou-se uma aproximação maior entre a Educação Ambiental e a universidade. Neste sentido, foram estabelecidas algumas ações prioritárias, tais como:

incluir o tema Educação Ambiental no programa de formação de professores, o desenvolvimento de sensibilização para as autoridades acadêmicas, desenvolvimento de programas de estudo, o treinamento de professores e a cooperação institucional, entre outros.

Refletir sobre a busca de soluções para a crise ambiental emergente no ensino superior é algo bastante pertinente, pois a universidade é um dos locais onde se buscam as respostas para os problemas da sociedade. As Instituições de Ensino Superior podem ser definidas como “uma sorte de microcosmos ou caixa de ressonância que permite refletir, desde este âmbito muito particular, sobre os processos e desafios da sociedade no seu conjunto” (RIOJAS, 2003, p. 218). Embora o espaço universitário seja considerado como algo importantíssimo para a produção do saber, sua evolução é reconhecida como das mais lentas da história. Neste sentido, torna-se nada fácil a tarefa de encontrar soluções para crise neste terreno que se encontra imerso em uma realidade fragmentada pela lógica do pensamento científico.

Bursztyn (2002) afirma que a universidade contemporânea é o espaço que marca o desenvolvimento de nossa época industrial. Lá se pôde testemunhar a questão da hegemonia da ciência sobre a natureza, o crescimento do produtivismo, a especialização e a organização departamentalizada das disciplinas. Nas universidades o modelo reducionista é tido como a única forma de conceber a realidade, e este paradigma reducionista é adotado pelas instituições de ensino superior que (re)produzem um conhecimento científico que vai ao encontro do modelo industrial capitalista vigente. A eficiência e o empenho por encontrar funcionalidade econômica para o conhecimento produzido é o que parece importar neste modelo de educação universitária. Neste contexto cultiva-se cada vez mais o antropocentrismo reducionista que é considerado, algo de extrema importância para a sustentação da crise ecológica atual.

De acordo com Riojas (2003), este modelo de universidade onde se prioriza a departamentalização, a fragmentação e a simplificação, foi herdado do século XIX, particularmente do contexto napoleônico, onde a atividade universitária deveria atender à lógica política. Existia uma subordinação funcional da universidade à lógica de reprodução do sistema: a universidade devia atuar atendendo aos interesses do Estado e do mercado, formando profissionais e produzindo conhecimento técnico adequado às

necessidades de produção. Esta lógica de funcionamento está presente até hoje nas universidades.

É importante ressaltar que os teóricos clássicos, que discutiram sobre o papel da educação superior, afirmaram que a educação em geral, e particularmente a universitária, só tem sentido à medida que formam conhecimentos, habilidades e valores orientados para colaborar com a compreensão e solução dos problemas da sociedade. Porém para pensar na questão da Educação Ambiental no contexto da universidade é preciso refletir sobre a produção e críticas de paradigmas (RIOJAS, 2003).

Autores afirmam que é bastante válido refletir sobre o tema meio ambiente e sua complexidade neste momento, pois lança-se um desafio à universidade: o de perceber que “a crise ambiental é o resultado do desconhecimento lei (entropia), que desencadeou no imaginário economicista uma ‘mania de crescimento’, de uma produção sem limites” (LEFF, 2003, p. 21). Deve-se a partir daí buscar uma nova dinâmica de funcionamento, pois de acordo com Bursztyn (2002), a cada dia confirma-se que a universidade, por ser um espaço de grande importância para a produção do saber, é um local onde também podem ser encontradas soluções para crise ambiental. Segundo Santos e Sato (2001) apud Guimarães e Tomazello (2003), a educação universitária que contribui para a formação dos cientistas e profissionais para o mercado, deve ser pensada como algo essencial para que se consiga resolver as questões ambientais, pois tem crescido bastante a relação entre universidade, os temas associados ao meio ambiente e a qualidade de vida das futuras gerações.

Para que se comece a caminhar rumo a busca de soluções para os problemas ambientais no âmbito da universidade é preciso que a mesma repense seu projeto político-pedagógico, e que promova a formação de um novo tipo de docente, que seja capaz de perceber a complexidade na qual a temática ambiental está inserida (CASTRO et al, 2002).

São necessários certos cuidados para que a proposta de solução da crise ambiental não perpassa por uma diretriz que seja apenas uma defesa das condições de produção atuais. Deve-se observar se a proposta não é, como afirma Grün (2003), apenas uma preocupação com as lógicas capitalistas de consumo, em que a intenção de fato é proteger os recursos naturais não por conta de uma ética que considere uma

relação pautada em valores e responsabilidades, mas tratando o meio ambiente como simples recurso, como algo que pertence e é subjugado pelo homem.

Riojas (2003) diz que um dos caminhos para conseguir trabalhar a questão ambiental de maneira adequada nas universidades é adotando estratégias didáticas e técnicas que incentivem o desenvolvimento de habilidades de reflexão entre professores e estudantes, de maneira que estes consigam estabelecer as relações existentes entre a realidade objetiva e os temas relativos à questão ambiental. Ressalta-se aqui a importância de criar conexões entre áreas que anteriormente estariam separadas. Neste ponto o tema da interdisciplinaridade deve ser entendido não como algo que venha incentivar a formação generalista, mas antes trata-se de inter-relacionar e ambientalizar o currículo, estabelecendo relações que antes seriam dispensáveis, objetivando formar alunos com uma visão global de mundo tornando-os hábeis para articular, religar, contextualizar, refletir e situar-se num contexto geral.

Um fator importantíssimo a ser considerado ao se pensar na universidade como local de reflexão e solução da problemática ambiental é, sem dúvida, a questão da ética. Segundo Riojas (2003) a universidade não tende a simplificação e ao pragmatismo apenas no que diz respeito a sua estruturação, mas principalmente no que toca a orientação profissional e ao tipo de pensamento de cultivam aos seus graduandos. Na universidade é imprescindível que se considerem os sujeitos que aprendem, que investigam a realidade, e que lêem em toda a sua complexidade (LEFF, 1998). Ao pensar na solução para problemática ambiental na universidade é preciso levar em conta a integridade da pessoa e a sua formação moral e ética. Trabalhar rumo a solução dos problemas ambientais no nível da educação superior exige um pensar a cerca da formação do “sujeito ambiental” (CARVALHO, 2003, p. 116), que deve priorizar os processos vitais e respeitar os limites de regeneração e suporte da natureza. Este sujeito deve, durante o processo educacional, compreender que necessita proceder a reais mudanças no que diz respeito aos seus hábitos, valores e atitudes, para que seja possível a continuidade da manutenção da vida neste planeta. O graduando deve deixar de lado a ética utilitarista antropocêntrica onde predomina o domínio do humano sobre a natureza e abraçar uma Ética Ecológica/Ambiental envolvida e preocupada com as obrigações, os direitos e as responsabilidades.

Embora as conferencias internacionais que tratam da temática afirmem a necessidade do ensino superior trabalhar no sentido de encontrar soluções para a crise ambiental e capacitar seus educadores, Loureiro (2004) diz que praticamente todas as universidades brasileiras não apresentam, uma ação que seja institucional, clara e bem definida. Segundo este autor o que existe são alguns núcleos que por iniciativa de alguns docentes desenvolvem trabalhos sobre tema. Neste sentido, o professor que atua é aquele que já possuía um histórico de envolvimento com as questões ambientais, o que significa que a Educação Ambiental ainda não tem o seu lugar consolidado dentro do campo científico na universidade.

Analisando o Programa Nacional de Educação Ambiental (1994) e a Lei 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, pode-se observar que, formalmente, a Educação Ambiental no Brasil já tem seu caminho traçado. Porém Loureiro (2004) afirma que há carência de programas de pesquisa e extensão que contemplem a questão ambiental. Existem também dificuldades para implementar currículos coerentes com a proposta, além da ausência de políticas públicas (federal, estadual e municipal) que estejam na prática comprometidas com o tema. Ainda segundo este autor, o choque entre a proposta de uma Ética Ambiental e o padrão ético, econômico, e, civilizatório da sociedade capitalista, torna ainda mais complicado adaptar a proposta interdisciplinar ao modelo fragmentado de universidade. Na maioria das vezes as universidades brasileiras são usadas apenas como prestadoras de serviço quando ocorrem empreendimentos de grande impacto ambiental, promovidos pelo governo, e não como parceiras para o monitoramento e avaliação dos projetos. O que leva a crer que há uma distorção do papel da universidade no que diz respeito à Educação Ambiental no Brasil.

3 METODOLOGIA

3.1 TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS

Para desenvolver este trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa, por ser este tipo de pesquisa mais adequada às questões levantadas por este estudo. Segundo Mayring (2002) a pesquisa nas ciências humanas tem o ser humano como objeto, e este é definido como o sujeito, que é também o ponto de partida e o destino da investigação. Este sujeito deve ser considerado em sua totalidade e ser percebido na sua historicidade, levando-se sempre em consideração que neste processo de pesquisa os preconceitos devem ser levados em conta e explicitados sempre que houver necessidade, pois a metodologia qualitativa envolve essencialmente a interpretação.

Esta abordagem foi considerada mais apropriada, pois o trabalho realizado envolveu uma grande diversidade de fatores, que por terem como base a ação e história dos professores que trabalham com a Educação Ambiental nas universidades lidou com uma série de dados que não estavam sujeitos ao controle e à quantificação característicos à pesquisa quantitativa.

Para participar da pesquisa foram escolhidos seis profissionais que atuam como educadores ambientais, no ensino superior, no município do Rio de Janeiro e Grande Rio. A escolha destes educadores foi baseada na análise do currículo dos mesmos, onde foi observada sua trajetória acadêmica no que diz respeito a sua atuação como educador ambiental. Foram analisados os currículos, encontrados no *site* do CNPQ / LATTES, através da busca com a palavra-chave Educação Ambiental. Procurou-se escolher educadores de diferentes áreas do conhecimento.

Após a seleção dos currículos foi realizado contato com os professores a fim de verificar o interesse em participar da pesquisa. Neste contato foi informado ao educador a questão central do estudo e o tipo de contribuição a ser dada, assim como foi garantida a confidencialidade das informações prestadas e o sigilo sobre sua identidade.

A metodologia adotada para a seleção dos entrevistados foi orientada pelos trabalhos de Marshall e Rossman (1999), baseada no método *elite interviewing*, que compreende o seguinte:

O *elite interviewing* é um método especializado em casos de entrevistas onde o foco é um tipo muito particular de entrevistado. Os entrevistados são pessoas com experiência comprovada, influência e reconhecimento por outros profissionais da sua área de atuação; eles são selecionados para fazer parte do grupo de entrevistados com base nas suas competências que são relevantes para a área abrangida pela pesquisa.

(MARSHALL; ROSSMAN, 1999, p. 113. Tradução nossa).

A maneira como foram conduzidas as entrevistas baseia-se na técnica de levantamento trabalhada por Mayring (2002), chamada de Entrevista Centrada no Problema. Esta técnica consiste em uma série de entrevistas abertas, semi-estruturadas, centradas em uma problemática que o entrevistador introduz e retorna sempre que o assunto é desviado. Deve ser levado em consideração que o tema da entrevista, já foi aprofundado pelo entrevistador, o que possibilitou a construção e a adaptação do roteiro da conversa. A idéia fundamental desta técnica é manter o foco no problema, no objeto e no processo. Podemos considerar como vantagem o fato de que é possível verificar a compreensão da questão pelo respondente e que este pode trazer uma nova perspectiva acerca do assunto, além do fato de que o entrevistado pode desenvolver maiores relações e estruturas cognitivas no decorrer do processo. É importante observar ainda que se deve criar uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado, valorizando o respondente e buscando mostrar que suas experiências e vivências sobre o tema são muito importantes para o estudo em questão.

As perguntas que nortearam as entrevistas foram desenvolvidas a partir do modelo proposto por Patton (1987), que apesar de falar da inexistência de um único modelo ou caminho seguro para todos tipos de entrevistas, oferece um guia para auxiliar na construção de um roteiro que possa maximizar os resultados da entrevista (ANEXO 1). Este autor afirma que um bom resultado depende da criatividade do entrevistador e do foco dado à entrevista. O guia de entrevistas elaborado a partir do modelo proposto encontra-se disponível no apêndice A.

3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Mayring (2002), diz que além das técnicas de levantamento deve-se ter bastante cuidado com as técnicas usadas para preparar os dados para a sua análise e

interpretação. Este autor acrescenta que as técnicas devem ser apropriadas ao objeto de estudo e variadas na medida do possível.

Nesta pesquisa foi usada a técnica de transcrição literal, obtida a partir das gravações das entrevistas em fitas cassete. Este método consiste em elaborar uma versão textual completa do material gravado nas entrevistas que serve como base para a avaliação interpretativa extensa.

Para realizar a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo qualitativa apresentada por Mayring (2002). Esta consiste em analisar os textos de maneira sistemática por meio de categorias desenvolvidas a partir do material levantado e com base na teoria estudada. Sempre que surge um novo segmento que não se enquadra em nenhuma categoria existente, deve-se criar uma nova categoria. O resultado desta análise é um conjunto de categorias que são interpretadas de acordo com as questões da pesquisa.

Nesta pesquisa algumas categorias foram previamente criadas, partindo das sub-questões da pesquisa, aquelas falas, importantes para o trabalho, que não se enquadraram em nenhuma das categorias foram incluídas em novas categorias. Seguindo assim a metodologia proposta por Mayring (2002) e Gomes (2002).

3.3 SUBJETIVIDADE DO PESQUISADOR

Na pesquisa qualitativa a relação entre pesquisador e objeto de estudo é percebida de maneira dinâmica. Durante o processo tanto o pesquisador quanto o objeto podem sofrer modificações, logo a relação entre eles deve ser entendida como uma interação (HOFFMANN-RIEM, 1980 apud MAYRING, 2002).

Neste processo interativo é preciso que se leve em conta não somente os dados fornecidos pelo objeto de estudo, mas também informações que provêm do pesquisador. Isto significa que ao realizar a pesquisa qualitativa o pesquisador irá interpretar os dados obtidos partindo também de suas próprias experiências. Segundo Demo (2005) o homem como ser histórico não pode observar a realidade acima ou de fora dela. Ele a observa e interpreta de modo auto-referente. O que significa segundo Devereux (1967) apud Mayring (2002), que na pesquisa qualitativa deve-se considerar os problemas do pesquisador, suas idéias, suas ansiedades, seus pré-conceitos, sua história etc. A

pesquisa qualitativa é um processo interativo onde, através do diálogo, pesquisador e objeto são modificados (SCHEELE; GROEBEN, 1988; SOMMER, 1987 apud MAYRING, 2002).

Atendendo esse caráter da pesquisa qualitativa, o autor deste trabalho relata que desde a sua infância teve um profundo interesse pela natureza, pelos animais, o que o levou a realizar o vestibular para o curso de Zootecnia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, quando concluiu o segundo grau aos dezesseis anos de idade. O curso foi trancado após dois anos em virtude do interesse de preparar-se para o ingresso num seminário católico.

Um outro fato que influenciou na escolha do tema foi justamente a sua caminhada como seminarista. Durante o curso de Teologia teve contato com a ética como disciplina presente na grade curricular. As leituras e vivências realizadas naquele período marcaram bastante a trajetória profissional do autor. Mesmo não continuando sua caminhada rumo à ordenação sacerdotal, por motivos ideológicos, teve a oportunidade de refletir sobre as muitas questões que envolvem a ética.

Em virtude das leituras realizadas e das conversas com professores, em especial com o professor Dr. André Marcelo (Mosteiro de São Bento/RJ), os conceitos de ética e moral, pareciam bastante claros, e uma idéia do que seria uma Ética Ambiental mostrava-se já um pouco elaborada na mente do autor. A idéia de que um código de ética poderia ser algo válido para nortear a ação do educador ambiental que atua na universidade parecia bastante razoável. Porém, durante o processo de pesquisa (na revisão de literatura e principalmente durante as entrevistas com os educadores ambientais) várias idéias pré-concebidas pelo autor foram sendo reorganizadas, outras reformuladas, e algumas até mesmo descartadas, o que confirma as afirmações de Mayring (2002), quanto as modificações que poderiam ocorrer durante o processo.

O que se buscou neste ponto foi fornecer informações para que o leitor possa realizar a leitura do trabalho conhecendo um pouco sobre os motivos que levaram o autor a desenvolver esta pesquisa, seus pré-conceitos, e as mudanças que ocorreram durante o processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi observado durante a revisão de literatura, para que se consiga refletir sobre o tema meio ambiente, é preciso perceber a complexidade envolvida nesta questão. Pensar na solução dos problemas ambientais emergentes requer uma profunda reflexão debruçada sobre o desenvolvimento um novo paradigma conceitual, metodológico e, principalmente, ético.

Neste item, através da análise das categorias produzidas a partir das entrevistas com professores, educadores ambientais que desenvolvem sua práxis na universidade, buscar-se-á responder as questões da pesquisa.

Deve-se levar em consideração que, concordando com Minayo (1992) apud Gomes (2002), o resultado final de uma pesquisa qualitativa, por mais bem feita que seja, deve ser sempre visto de maneira provisória e aproximada, e esta afirmação está baseada no fato de que as conclusões podem ser contestadas ou até superadas por outras a qualquer momento.

A história mostra que os homens possuem maneiras diferentes de refletir sobre seu comportamento. Essa reflexão vai depender da cultura, do tempo, e da maneira como cada indivíduo e cada grupo percebe o seu *estar* no mundo. Diante de tais afirmações pode-se concluir que trabalhar a questão da Ética Ambiental constitui-se tarefa bastante difícil para aqueles que se aventuram nesta incursão. O que se pode afirmar segundo Leff (2002), é que a ética dominante presente na contemporaneidade foi construída tendo como base o antropocentrismo utilitário. Uma ética em que o ser humano ocupa o centro de tudo, e toda a natureza existe e é considerada como algo que pertence e é subjugado pelo homem. Segundo esta concepção o meio físico natural tem uma finalidade: servir aos objetivos do *senhor*, o homem contemporâneo. A ética antropocêntrica apresenta em sua essência a *coisificação* do meio físico natural; a retirada do *ser* da natureza, o que acarretou sérios problemas ambientais (LEFF, 2002).

A literatura é clara quando apresenta a emergência da construção de um novo paradigma ético-ambiental que possa servir como base para orientar as relações dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural para continuar vivendo neste planeta.

Repetindo a questão central desta pesquisa: O que é Ética Ambiental para o educador ambiental que atua na universidade, qual a sua importância na formação do

docente e do discente e qual a utilidade da criação de um código de ética para este processo; pretende-se compreender como essa Ética Ambiental é entendida e vivida pelos educadores ambientais que atuam na universidade, e como é possível trabalhar a própria formação permanente e formar o educando como sujeito ético, ativo neste processo de construção de uma nova realidade sócioambiental. Além de verificar a possibilidade de elaboração de um código de ética para o educador ambiental que atua no ensino superior.

As categorias podem ser visualizadas no sumário de resultados (quadro 1) que se encontra logo após a análise das falas dos entrevistados. O quadro foi desenvolvido de acordo com a metodologia proposta por Miles e Huberman (1994), que consiste em apresentar de forma resumida, em um quadro, os resultados da pesquisa, relacionando as respostas dos entrevistados às categorias que foram desenvolvidas a partir da questão central e sub-questões da pesquisa.

4.1 PERSPECTIVAS DOS ENTREVISTADOS

Os educadores ambientais entrevistados entendem que a ética é algo orientado para a relação entre as pessoas, em sociedade, num determinado tempo, e numa determinada cultura. É possível perceber que a compreensão de que o conceito de ética está ligado às relações em sociedade está clara para estes educadores.

4.1.1 Conceito de Ética Ambiental/Ecológica

Matizes diferentes se apresentam no que diz respeito à ênfase deste relacionamento com os não-humanos. O que mostra que há uma preocupação em pensar uma ética que envolva a todos os elementos que compõem o meio ambiente:

[...] a novidade é a inclusão do campo físico, do não humano. E como físico aí eu estou considerando todos os seres da terra com vida ou sem vida, que não são humanos, uma vez que nós incluímos aí o ser humano, mas com o mesmo valor dos outros seres. Essa também é uma grande novidade. O ser humano se considerou

durante séculos um ser especial da terra, ele seria o ápice da evolução, um ser mais aperfeiçoado, o único ser inteligente, capaz de entender e dar nomes, ter compreensão inteligente, a tudo aquilo que o cerca [...] (Entrevistado A)

[...] algumas questões têm que ser construídas para estabelecer uma nova relação, em outros parâmetros, que não a relação que está estabelecida hoje, entre a sociedade humana e a natureza. (Entrevistado C)

[...] a crise ambiental, essa crise na qual nós todos estamos mergulhados, porque agente não está no meio ambiente, agente é parte desse ambiente, é ao meu ver, antes de qualquer coisa uma crise ética. (Entrevistado E)

Na análise das falas dos participantes da pesquisa, percebeu-se que a Ética Ambiental foi constantemente relacionada à questão dos valores. Neste ponto, faz-se necessário recorrer novamente à revisão de literatura onde foi esclarecido o conceito de valor. Segundo Conte-Sponville (2003), só tem valor aquilo que é desejável. Porém este desejo é sempre relativo às pessoas em sociedade, num determinado tempo, sob a influência de uma cultura. Sendo assim, pode-se interpretar que, para os educadores ambientais entrevistados, a Ética Ambiental está relacionada ao desejo que a sociedade contemporânea possui de resolver o problema em torno das questões ambientais, resgatando e/ou construindo novos valores:

[...] a dimensão ética, no meu entendimento, diz respeito à capacidade de estabelecer juízos de valor. [...] Isso aplicado historicamente a uma determinada cultura. Refere-se como as culturas definem os valores e o seu modo de entender o mundo, e,

obviamente, os valores que regem essas relações com o próprio mundo [...] (Entrevistado D)

A ética ambiental é [...] uma perspectiva de estabelecer valores dentro da relação entre a sociedade humana e a natureza [...] (Entrevistado C)

Ética ambiental é um conjunto de princípios, de valores, de idéias que de alguma maneira embasam aquilo que você entende como (a própria) ética ambiental. E ao mesmo tempo, um conjunto de princípios, idéias, valores e ideais que embasam a prática dos educadores ambientais.

(Entrevistado E)

Ética é uma disciplina que trabalha com a questão da moral, dos valores. É um campo da filosofia. A ética ambiental está dentro do campo da ética. É um apêndice da ética mais geral. Uma área de estudo. (Entrevistado F)

Entretanto, este desejo de solucionar os problemas ambientais através do resgate de certos valores, que se inicia há algum tempo (na primeira metade do século XX) e se manifesta de maneira mais clara a partir das primeiras conferências internacionais sobre meio ambiente nos anos 70, parece estar ofuscado pela ausência de clareza do que seria realmente valioso para esta sociedade. O que se percebe na fala dos educadores é que embora a sociedade veja que está imersa em uma crise de valores que compromete profundamente o meio ambiente, e conseqüentemente, a manutenção da vida no planeta, é bastante complicado chegar a um acordo sobre as questões éticas envolvidas. Estaria a sociedade contemporânea realmente disposta a abrir mão de certos valores? E a questão

do progresso? Dos estilos de vida globalizados, baseados na máxima do conforto e consumo? O que é realmente importante neste momento?

Mesmo entre os educadores ambientais que atuam na universidade, parece não haver um consenso sobre o que seria Ética Ambiental. Foi abordada a questão da confusão conceitual no que diz respeito aos conceitos de moral e ética. Muitos educadores que trabalham com questão ambiental, por conta de uma formação tão diversificada, em áreas distantes da filosofia, confundem os conceitos. Os participantes da pesquisa acreditam que há uma urgente necessidade de um acerto conceitual para que todos comecem a discutir a questão mais claramente.

As pessoas confundem ética e moral, ética e valores. A diferença se dá num caráter conceitual. As pessoas [...] não identificam ética como uma disciplina, uma área de estudo, mas como os próprios valores. Isso tende a causar uma certa confusão na hora de se levantar as discussões sobre o tema. [...] Eu vejo que é muito comum nas dissertações, a pessoa sinalizar sobre a questão da ética, mas nunca consegue estabelecer o que está pensando. O que é isso? Quais são os valores que estão em jogo? Então eu acho que está faltando isso. Agente acaba não tocando nos valores mais tradicionais da nossa sociedade. Ficamos falando de uma situação que nunca é estabelecida. [...] E em termos práticos? Onde estão os valores? Que diferença eles têm dos valores tradicionais que nós herdamos da nossa cultura? (Entrevistado F)

A maioria foi categórica ao afirmar que realmente não existe um consenso sobre o assunto no ambiente da universidade:

Acho que não (existe um consenso entre os educadores ambientais sobre o conceito de ética ambiental). Eu acho que essa ética é um assunto pouco abordado nosso meio [...] agente não tem muitas fontes pra ler sobre o assunto, né? (Entrevistado B)

Eu acho que não existe, pra te ser franco, nem um consenso sobre o que é Educação Ambiental (na universidade). (Entrevistado E)

Um dos entrevistados afirma que o tem observado que existe um consenso superficial sobre a temática, que precisa se aprofundado. Outro entrevistado afirma que a confusão conceitual dificulta o entendimento e, conseqüentemente, impossibilita a construção de um consenso entre os educadores que atuam na universidade.

Na universidade existe hoje um consenso sobre o que ética ambiental. Porém este é ainda superficial, precisa ser aprofundado nesta discussão na universidade. Acho que ainda cabe um aprofundamento desse assunto. (Entrevistado C)

Um dos entrevistados apresentou um ponto interessante ao afirmar que embora não exista um consenso sobre o que seria Ética Ambiental para os educadores ambientais que atuam na universidade; ele consegue perceber que existem na prática, no ambiente universitário, três principais níveis de compreensão, e vivência, da Ética Ambiental. O primeiro seria dialético. Onde duas posições são apresentadas e discutidas, podendo-se chegar a uma terceira posição que seria um consenso entre as posições iniciais ou reformular as duas posições, ou ainda reafirmar as posições iniciais. O Segundo seria daqueles que afirmam possuir uma postura dialética, mas que na prática são autoritários na defesa de suas opiniões, impondo seus valores. E o terceiro seria composto por aqueles que assumem uma corrente da Ética Ambiental e que defendem essa corrente. Todas as posições que se afastam de suas convicções não são consideradas, o que acaba levando a um autoritarismo. Para este educador há uma clara diferença na maneira de se perceber a Ética Ambiental no âmbito da universidade.

[...] Eu diria que você tem três casos: essa visão minha: [...] eu acho que tem que ser um processo dialógico sendo compatível com a visão que eu tenho que é da dialética. O processo dialógico supõe o seguinte: eu tenho uma posição, você também tem uma posição, eu

preciso saber qual é a sua posição e você precisa saber qual é a minha. No diálogo estabelecido entre as posições nós podemos construir outra posição ou reformular ou reafirmar as nossas posições. Mas eu só tenho condição de estabelecer esse diálogo tendo uma posição. Eu não posso é dizer que não tenho posição nenhuma. [...] tem a visão de pessoas que afirmam isso, mas na verdade tendem a ser muito incisivos e autoritários na defesa dos seus valores e no seu ponto de vista e tem (a visão) aqueles que efetivamente acham que é isso mesmo, que existe uma ética ambiental, um conjunto de valores que são ambientais e que nada, além disso, é. Saiu disso não é considerado como uma visão ética num sentido ambiental que quer moldar as pessoas a esse padrão. Então eu vejo as três possibilidades claramente dentro da universidade [...] (Entrevistado D)

Um outro ponto de vista é o de que existem duas maneiras de ver a Ética Ambiental na universidade. Existem àqueles que a percebem sob uma perspectiva holística, cujo ponto de partida é de acordo com Pelizzoli (2004) uma crítica ao modelo de civilização que tem como base a modernidade científica e industrial. A visão holística busca uma maneira de (re)construir, e até mesmo religar, os seres humanos com outros seres vivos e também com o meio físico-natural. Outra visão seria sob uma perspectiva cristã, onde a natureza é vista como criação divina. Esta visão entende, de acordo com Siqueira (2002), que a crise ecológica está intimamente relacionada com uma crise antropológica, onde o homem deixa de entender a íntima relação existente entre ele, Deus e o cosmo criado.

Eu acho que pelo menos existem duas linhas: Uma que trabalha com valores que devem vir, que devem existir, caracterizando uma linha mais holística. Mais voltada para uma cultura oriental etc. E uma outra tendência que acaba se fechando muito, são aqueles que

trabalham com os valores relativos a nossa tradição ocidental cristã.
(Entrevistado F)

Algo que ficou bastante marcado na fala dos entrevistados foi a declaração de que a história de vida de cada um influenciou bastante a trajetória na Educação Ambiental, mesmo antes do tema ser conhecido ou ter sido estudado por eles. Neste sentido cabe citar o trabalho de Vasconcellos (1995):

[...] o fato de todos eles terem assumido a proposta da E.A., antes desse termo ter sido “inventado”. [...] Existem outras convergências entre os participantes. Uma delas é o fato de todos eles terem tido na infância uma “íntima” relação com a natureza não-humana. O que me dá a esperança de que seja possível provocar nas pessoas uma sensibilização que permita o desenvolvimento da visão holística, através da promoção de uma relação “íntima” entre elas e a natureza não-humana. Principalmente no que se refere às crianças. (VASCONCELLOS, 1995, p. 243)

[...] com certeza, isso vem da minha infância [...] de ter uma sensibilidade, uma alteridade com os animais, um sentir com os animais. Essa comparação inconsciente sempre do ser humano com outros seres não humanos, que é diferente de uma visão centralizada no ser humano. Eu não digo que eu transferisse os sentimentos humanos para os animais, eu era capaz de entender, sou capaz até hoje. [...] eu gosto de abraçar árvore [...] é uma sensibilidade [...] (Entrevistado A)

Quando se verifica esta relação entre a história de vida dos participantes e seu interesse pela natureza já na infância, é possível proceder a uma reflexão sobre a questão da moral. Esta deve ser entendida como algo pessoal e resultado da história de cada um, sendo produto daquilo que se reteve, desde muito cedo, se selecionou e valorizou. Pode-se dizer que a prática moral dos entrevistados que foi construída desde sua infância, serve ainda hoje para balizar a solução dos problemas prático-morais com

os quais se defrontam. Essa moral funciona também como fundamento para a reflexão sobre estes comportamentos prático-morais. A moral e os valores vão fundamentar a ética desses educadores. E é esta ética que vai dizer a eles o que é uma boa atitude e o que é o bom para o grupo. O que fazer diante das opções, dos problemas do cotidiano, depende da moral de cada indivíduo concreto. Estes elementos levam a crer que uma Educação Ambiental que esteja comprometida com valores que possam contribuir para uma formação moral que vá fornecer bases para uma ética que esteja fora do antropocentrismo reducionista pode ser entendida como crucial para a solução da crise ambiental emergente.

4.1.2 Ética Ambiental e Formação Permanente

Na categoria que emergiu da questão da formação permanente, os participantes trouxeram à tona mais uma vez as suas trajetórias. Eles afirmaram que esta formação permanente acontece naturalmente, pois em suas vidas há uma reflexão contínua sobre como estar se preparando para lidar com a complexidade que envolve o tema meio ambiente. Inclusive as escolhas feitas no que diz respeito aos temas e às pesquisas são, segundo eles, influenciadas pela história, pelos valores, pela compreensão e (re)construção da realidade.

Eu não tenho uma formação voltada pra pensar da questão da ética ambiental em particular. Mas acho que ela acaba entrando no processo formativo como um todo. Eu acho que ao estar buscando minha formação através de leituras, cursos e diferentes fóruns de discussão dentro dessa área, eu acho que a questão ética acaba entrando aí também nessa formação [...] hoje por exemplo, eu não busco uma leitura específica na área da ética ambiental para consolidar minha formação, mas eu acho que ao mesmo tempo, as diversas literaturas que agente trabalha na questão ambiental, a questão da ética sempre está presente [...] é nessa perspectiva, nem tão focada, mas que é inclusiva, é que a minha formação vem acontecendo. (Entrevistado C)

Como educador eu acredito que a educação é um processo contínuo. A vida pode ser definida como uma grande oportunidade de aprendizado [...] E é claro que não é só na ética, mas em relação a vários conceitos que você tem e que de alguma maneira norteiam a sua vida você vai estar sempre (se formando), dependendo da abertura, você vai fazendo auto-crítica [...] (Entrevistado E)

[...] as suas próprias escolhas de pesquisa na universidade (por exemplo), elas são condicionadas por valores e pelo modo como você compreende o mundo, o seu engajamento na sociedade, o seu lugar na sociedade, não é por acaso que algumas pessoas escolhem certos temas e escolhem certos recortes, isso é influenciado pela sua própria trajetória (de vida). (Entrevistado C)

Eu sou influenciado pela moral cristã. Vejo as minhas referências morais, de valores. Elas vêm do substrato judaico-cristão. (Entrevistado F)

Os entrevistados relataram que a reflexão sobre a própria formação é algo importantíssimo para aqueles que trabalham com Educação Ambiental em todos os níveis. Pensar a formação em um nível ético faz com que o educador tenha sempre em mente que, na prática, existem certos pressupostos (éticos) para que se possa trabalhar com Educação Ambiental.

Penso que é decisivo. A ausência de uma reflexão sobre isso (ética) acaba não só confundindo as atividades das pessoas [...] elas acabam não tendo muitos parâmetros para ação. E deixa confuso também o interlocutor. (Entrevistado F)

Eu acho fundamental. Acredito que quando não se faz isso, (discussão da ética ambiental) você está reduzindo a educação ambiental num sentido instrumental, informacional num sentido do conhecimento em si, de produzir conhecimento da educação ambiental. Você trata a Educação Ambiental como um objeto e não como objeto e sujeito do processo.

(Entrevistado D)

Acho que é importante essa discussão. [...] Eu acho que a ética é que vai referendar a sua forma de ação, de agir. [...] na minha percepção, (o educador ambiental) é eminentemente um interventor, ele é um agente de intervenção na realidade social, e essa intervenção precisa ser realizada a partir de um referencial ético que é esse que agente está construindo e está denominando de Ética Ambiental, então eu acho que é fundamental essa reflexão.

(Entrevistado C)

Sem pensar numa ética que possa oferecer um caminho para que sejam pautadas as relações homem-sociedade-natureza, a práxis do educador ambiental corre o risco de ficar inconsistente:

[...] Porque eu não consigo entender como é que se pode dissociar a produção de uma metodologia, de uma determinada discussão teórica de ter uma determinada compreensão de mundo, de natureza, de sociedade, de universo, de vida, dos valores que regem a convivência em sociedade [...] quando você dissocia (o educador ambiental que faz isso) acaba criando um dualismo, dentro daquilo que ele diz que não pode ter dualismo [...] A educação ambiental é uma negação do dualismo. (Entrevistado D)

Praticamente todos os entrevistados confirmam que, essencialmente, nada mudou desde o início de suas jornadas na Educação Ambiental. O que aconteceu foi um aprofundamento qualitativo no sentido de que novas informações foram adquiridas e as idéias foram amadurecidas e elaboradas. O sentimento que os move continua o mesmo. O que faz retornar a questão da moral que é anterior à construção de uma ética que seja válida para a coletividade.

[...] não tive grandes transformações ao longo desta trajetória; na verdade eu vim consolidando. (Entrevistado C)

Eu diria então que os meus valores centrais continuam os mesmos, o que eu tenho hoje é um aprofundamento qualitativo no sentido de ter me dedicado profundamente ao estudo dessas coisas. (Entrevistado D)

[...] todas as coisas, todas as criaturas, talvez isso tudo tenha influenciado na minha formação, no meu modo de ser, mas eu não saberia dizer a você. Mas certamente que essa preocupação com ambiente não é alguma coisa que tenha vindo dos livros não, é alguma coisa que veio de bem antes de toda essa formação inteira. (Entrevistado A)

Embora a maioria tenha afirmado que, em essência, as suas idéias sobre as questões ambientais mudaram muito pouco, um dos entrevistados levantou uma questão que merece destaque. Mesmo diante da formação, dos valores que as pessoas constroem desde a sua infância, pode ser que estes sejam substituídos por outros considerados mais interessantes, que possam oferecer mais vantagens, num dado momento de sua vida. Qualquer um pode estar sujeito a isso. Os seres humanos mudam. Seus valores, sua moral, sua maneira de encarar a vida, tudo pode ser alterado. Como afirma Demo (2005) toda convivência humana tem suas alterações, e, sempre deve ser

ressaltado o eterno jogo das normas, dos valores, das sanções, pois são esses os princípios que ordenam a vida em sociedade. Na perspectiva deste entrevistado, nem sempre tudo muda para pior: como o ser humano está aberto, em constante processo de aprendizado, esta ética é algo que pode e deve contribuir para uma reflexão sobre a mudança de atitudes também para melhor.

[...] algumas coisas que eu não faria de maneira nenhuma no início da minha carreira [...], hoje eu vejo que talvez estivesse sendo radical demais. Talvez com a questão ética agente também tenha uma frouxidão, em alguns momentos. Isso me preocupa, porque embora eu entenda que seja assim, não acho que deveria ser pra algumas coisas. Eu acho que determinados valores éticos jamais devem ser abandonados pelos seres humanos. Eu acho que o que agente vê por aí de terrorismo, de exploração à natureza em todos em sentidos. O desrespeito a vida vem dessa frouxidão. Quem sabe não foi essa a educação que você teve? Quem sabe não foram esses os valores que você teve? Mas as oportunidades, a vida vai indo e tal, e aí aparece uma mala de dinheiro e você se deixou levar. E lá se foi uma floresta que você estava defendendo tanto. E agente conhece tantas histórias assim, de pessoas que eram íntegras e que tinham valores muito arraigados e por causa de determinadas situações acabam se deixando levar. É uma lástima. Eu penso que existe essa frouxidão. Ao mesmo tempo pode acontecer ao contrário, pode ser que determinada coisa, que você não fazia precise fazer. E talvez essa questão ética tenha a ver com uma questão de [...] sobrevivência pessoal em determinadas situações. Porque já que a ocasião pode fazer o ladrão, ou eu sou radical, ou eu vou me deixar levar. É como o exemplo do alcoolismo: evite o primeiro gole. Em alguns momentos, agente tem que levar mais a sério determinados valores. Eu acho que ética entra nisso como norteador. (Entrevistado E)

4.1.3 Prática e Ética Ambiental

Foi consenso que na maioria das vezes a reflexão teórica pouco se traduz na práxis dos educadores ambientais, que freqüentemente têm um discurso contraditório. Na teoria constroem um conhecimento, pregam a defesa da natureza, mas na prática têm atitudes que confirmam a lógica capitalista que é excessivamente desigual, onde o homem se sobrepõe ao seu semelhante e depreda a natureza sem o menor senso de responsabilidade.

Na universidade, na maioria das vezes, a teoria é construída sem compromisso com a efetiva aplicação daquele conhecimento. Na perspectiva dos entrevistados, na academia, ainda impera a visão de que o ambiente universitário é um espaço exclusivo para a elaboração de conceitos. Mas de que serve uma teoria se não pode ser utilizada para o bem comum, para a sociedade? Acontece então o que um dos educadores entrevistados chamou de discussão estéril, onde não se acrescenta nada à vida das pessoas e nenhuma solução é oferecida.

É preciso que os educadores ambientais que atuam na universidade traduzam a sua teoria na prática e assumam a responsabilidade pelos seus atos, pela transmissão dessas idéias e aplicação das teorias entre os seus educandos. Porque ética implica sentir-se responsável, pelo bem comum, pois a responsabilidade é base para todas as correntes éticas.

As pessoas ficam numa discussão estéril. Num patamar que não traz conseqüências nem práticas nem teóricas, e muito menos avanços para a discussão sobre a questão ambiental. Entrevistado F

Na universidade existe uma contradição entre teoria e prática. Há um discurso que é ideológico, construído pra tentar justificar uma coisa que é em si a própria essência do que está aí. [...] pode ser mais ou menos verde, mais ou menos impactante, mas a dominação, a coisificação, a mercantilização da vida está aí [...] O que acontece é que existem pessoas na academia que não têm uma

prática efetiva [...] no sentido de ter uma preocupação daquilo que ele está fazendo se traduzir em algo concreto na sociedade. Eu acho que existe um problema aí sim, que é das pessoas que acham que estar na academia é ter a responsabilidade de produzir conhecimento e ponto. Conhecimento pelo conhecimento não é nada. [...] o conhecimento deve estar aplicado a algo, que se traduz em algo. (Entrevistado D)

Há aqueles que afirmam que as reflexões sobre as questões da Ética Ambiental vêm acontecendo de maneira lenta, gradativa, processual. Segundo estes entrevistados existe uma tradução dessa teoria na prática daqueles que se dizem educadores ambientais e que atuam no ensino superior, que necessita de tempo para se solidificar. Este entrevistado concorda com as afirmações de Demo (2005) e Riojas (2003) quando diz que a universidade embora seja um local onde se deva exercitar a criatividade, onde se deve cultivar o pensamento e o saber, é uma instituição inerentemente conservadora, que tem a necessidade de ter base sólida para realizar movimentos rumo ao novo. Neste sentido, a consolidação do conhecimento só acontece com o tempo, e isso faz com que as reflexões sobre as questões ambientais sejam trabalhadas de maneira lenta e gradativa.

As transformações vêm acontecendo numa perspectiva processual. Se existem muitas dificuldades no meio acadêmico pra se implantar isso? Com certeza existem. (Entrevistado C)

Outras importantes contribuições foram dadas para pensar a relação entre teoria e prática no contexto da Ética Ambiental. Respostas significativas foram obtidas na categoria que trata da práxis dos entrevistados. Percebeu-se uma preocupação com a coerência nas falas. Mesmo que muitas vezes o discurso dentro da universidade seja contraditório esses educadores ambientais, por conta de seus valores, tentam ser coerentes com as propostas que levam para a vida com sua complexidade, não as deixando apenas em um nível profissional.

Eu procuro ser (viver) esses valores que eu entendo como adequados o tempo inteiro [...] a minha atitude, o modo como eu me relaciono com os alunos. [...]. Eu procuro levar aos meus alunos uma visão de mundo, que vai se aplicar de maneira diferenciada em cada disciplina [...] eu sempre trago essa visão de mundo [...]
(Entrevistado D)

Uma grande preocupação que tenho na minha vida é ter uma personalidade coerente. Isso em todos os sentidos. [...] eu falo o que estou pensando. Na turma eu procuro fazer isso [...] são coisas que eu estou sempre preocupada não só em falar sobre, mas em praticar e tornar visível. (Entrevistado A)

Outro aspecto observado foi o fato de que essa necessidade de coerência, essa busca por manter-se crítico, e também aberto às críticas, faz com que o educador ambiental pense na modificação da realidade em que atua. A prática coerente proporciona uma certa inquietação naqueles que estão ao redor. A própria natureza transformadora da proposta da Educação Ambiental confere ao educador ambiental esse ímpeto de buscar transformar o que está ao seu redor, modificando a realidade.

Eu tenho uma visão da questão ambiental mais pragmática. Não tenho ilusão de uma mudança mais radical de mundo. Não tenho a ilusão que estamos caminhando para o melhor. Geralmente essa visão judaico-cristã é pessimista. [...] Mas isso não te tira à possibilidade de atuar energicamente para melhorar e evitar processos de ameaça ao meio ambiente, mesmo que isso não reflita necessariamente uma concepção de que estamos no caminho certo e que isso vai dar certo. A visão moral e de valores não precisa ser necessariamente positiva. Ela pode ser negativa. (Entrevistado F)

A auto-avaliação e a avaliação feita pelos educandos despontam como ferramentas para verificar se o educador ambiental esta sendo coerente com seu discurso. Afinal, ninguém consegue agir corretamente o tempo inteiro. “Santo não é quem nunca pecou [...] mas quem pecou menos e manteve um padrão bastante regular de generosidade na vida” (DEMO, 2005, p. 57).

[...] a avaliação continua sendo o grande caminho para que possamos entender a questão ética do ponto de vista pessoal. No meu caso como professor, como educador. A auto-avaliação pessoal [...] quais foram as burradas que fiz no dia anterior, nas coisas que eu escrevo para as minhas aulas, que eu falo nas aulas, etc. Um outro tipo de avaliação seria vinda dos próprios alunos. Como eles vêem isso? [...] há sem dúvida uma cobrança à medida que você se rotula, diz: eu sou educador ambiental. (Entrevistado E)

Em meio aos discursos sobre auto-avaliação e críticas, há aqueles que dizem que raramente param para pensar sobre a própria prática no que diz respeito à Ética Ambiental, pois não compreendem o conceito, embora tenham, anteriormente definido o conceito de Ética Ambiental. Retorna-se aqui à confusão conceitual que faz parte do problema desta pesquisa. A complexidade e a novidade trazida pela questão ambiental faz com que se torne tarefa nada fácil encontrar clareza nos conceitos envolvidos na temática. Principalmente no que diz respeito à ética que já traz em si uma certa nebulosidade.

Agente pouco pára pra refletir sobre isso. Eu mesmo paro pouco. Às vezes faço algumas coisas e pergunto: será que isso é ético? Mas não tenho a quem perguntar, porque o outro a quem eu pergunto também não sabe. Então hoje em dia eu acho que existe um acidente grave: que é saber o que ético e o que não é ético. (Entrevistado B)

A Educação Ambiental apresenta uma proposta de trabalho interdisciplinar em todos os níveis. De acordo com as falas dos participantes, a questão da

interdisciplinaridade pode ser analisada sob dois aspectos: o primeiro é que o trabalho interdisciplinar é favorecido pela proposta da EA aproximando pessoas e áreas que trabalhavam isoladamente, o que é considerado bastante positivo. Entretanto, nesta perspectiva ocorrem problemas. Nos trabalhos interdisciplinares, muitas vezes são criados pequenos feudos interdisciplinares, que evitam o contato com outros grupos, fazendo com que o discurso inicial perca sua coerência e sentido. O que demonstra um problema de ordem ética, vista como prática para o bem comum. O que leva a crer que as questões analisadas são bem mais complexas do que se pensava inicialmente.

A educação ambiental é de fato uma área multidisciplinar. Mesmo sendo uma área multidisciplinar ela tem feudos multidisciplinares também. Você tem, por exemplo, grupos que atuam na universidade: [...] (um da) biologia se junta com um engenheiro, com um geógrafo, e nós temos um grupo que termina sendo um feudo, porque os outros grupos são fechados. Às vezes tenta se abrir mas não consegue porque os outros estão brigando pelas mesmas coisas que os outros feudos unidisciplinares tem: brigando por dinheiro, por passagens para eventos, verba para pesquisa, por bolsas para alunos. Então a luta continua do mesmo jeito. As mesmas causas que levam a formação dos feudos fechados e daqueles que ficam sempre ganhando cada vez mais. Quer dizer, quanto mais você ganha dinheiro, mais você tem, é o que chamamos de efeito Mateus [...] então esses feudos tendem a ficar mais fechados, porque eles vão cada vez crescendo só segundo as suas normas. Então quem lutar contra quem está comandando é expulso. São panelas. (Entrevistado B)

Um segundo aspecto: os feudos existem e são reforçados pelas instituições. Os entrevistados concordam com Loureiro (2004) quando dizem que embora a universidade seja apontada nas conferências internacionais e na literatura como um ambiente onde podem ser encontradas as soluções para a crise ambiental planetária, ela institucionalmente não apresenta propostas que favoreçam o trabalho interdisciplinar. O

que se tem de fato, são docentes que tentam desenvolver trabalhos sobre o tema, mas muitas vezes são prejudicados pela burocracia estabelecida no ambiente acadêmico. Fala-se em interdisciplinaridade, mas os programas de pesquisa privilegiam o modelo fragmentado de universidade, orientado para o padrão civilizatório da sociedade capitalista.

Os feudos continuam e estão sendo reforçados. As pessoas que trabalham de maneira interdisciplinar acabam tendo problemas acadêmicos [...] no fundo as IES (instituições de ensino superior) acabam sendo muito burocráticas, muito estanques. E se essas instituições fomentadoras são estanques, é obvio que o trabalho dentro da universidade acaba sendo também. Eu acho que é uma balela. [...] Há exemplos de avanços, mas eu diria que para a universidade resta muito a fazer. Pelo que temos de necessidade e o que se avançou na prática; a prática está muito acanhada. (Entrevistado F)

4.1.4 Ética Ambiental e Formação dos Educandos

Ao afirmar que através da educação o ser humano torna-se capaz de desenvolver as habilidades necessárias para viver em sociedade, sendo responsável por sua própria vida e atitudes, os entrevistados deixaram bastante claro ser tarefa do educador ambiental levar os educandos a uma reflexão profunda não só sobre a Ética Ambiental, mas também sobre a ética geral. Entendida aqui como o conjunto de valores que vão orientar a práxis dos discentes já na universidade. Embora a prática moral, de foro íntimo, dependa da moral individual, ou seja, daquilo que cada pessoa valoriza e tem como referência pessoal, no exercício comunitário, as decisões precisam ser tomadas levando em conta o bem estar da coletividade. Isso revelaria uma práxis comprometida com o bem comum. Lança-se um grande desafio para educadores e educandos: encontrar uma via para perceber o que é uma prática pautada em um comportamento ético.

[...] a pessoa começa a repensar a prática, pensando porque toma as decisões no dia-a-dia, pensando o que ele faz ou deixa de fazer ou faz na sociedade ou em um nível pessoal. [...] eu discuto muito a relação do que fazemos no dia-a-dia, com a sociedade como um todo [...] isso vai forçando a eles a repensarem seus valores, seu modo encarar a sociedade e a natureza. A relação com o outro. (Entrevistado D)

Eu acho que é importante o aluno ter a sua própria reflexão para que ele não tenha um mau encaminhamento na vida profissional. Por exemplo: ele pensar que tem que ganhar dinheiro (acima de tudo) e o que importa é o que agente pode ganhar (vantagens que se pode tirar) na nossa área. (Entrevistado B)

O educando é um profissional que a universidade está jogando na rua (no mercado). Ela tem uma responsabilidade, ou pelo menos deveria ter com esse profissional. Pensa qualquer profissão onde a questão ambiental não vai ser importante? Onde a reflexão em relação à atuação da sua própria profissão não vai ser importante? Não tem nenhuma. [...] qualquer área deveria ter uma preocupação com a questão ambiental. (Entrevistado E)

Uma crítica interessante foi feita por um dos entrevistados: refletir sobre as questões da ética na universidade, embora seja importante e urgente, é algo bastante complicado, pois as pessoas chegam na universidade com suas bases culturais. Cada um traz consigo a sua história a sua formação moral, o que torna bastante difícil em pouco tempo, dentro de um ambiente que fomenta a fragmentação (universidade), conseguir pensar na formação do sujeito ético.

As pessoas são formadas independente da universidade [...] Elas tiveram uma família, uma escola, seus grupos sociais e referências. Esquecer tudo isso é muito complicado. Eu acho que até essa perspectiva de querer revolucionar as pessoas não revoluciona, acaba não fazendo com que as pessoas reflitam um pouco sobre a sua própria tradição, sobre a sua própria formação. Quando você pega um aluno de dezoito ou vinte anos, o que você quer dele? Que ele abandone todas as sua referencias educacionais, culturais etc? Isso fica até incoerente com a proposta da EA. (Entrevistado F)

Alguns entrevistados afirmaram ter observado educandos procedendo de maneira não-ética na universidade. Muitos buscam tirar vantagem em tudo e obter prazer e benefícios pessoais sem um comprometimento com o outro. Estas observações indicam a urgência de trazer a discussão sobre as questões dos valores, da responsabilidade e da mudança para a sala de aula, o que resultará numa reflexão sobre a ética com educandos. Isso se constitui tarefa bastante difícil devido aos valores presentes na sociedade que acaba por premiar aqueles que são mais espertos e se destacam por conseguir ter mais sucesso e benefícios materiais como resultado de suas ações. Essas constatações trazem muitas vezes aos educadores ambientais uma sensação de impotência, pois por conta da história de cada educando, de seus valores, de sua moral pessoal, fica difícil mudar efetivamente alguma coisa.

[...] eu atuo cada semestre com três ou quatro disciplinas, e existe uma questão muito séria. Esse semestre eu pedi aos alunos para fazerem um trabalho prático que abrange setenta por cento da disciplina. E esse trabalho é individual, pessoal [...] o que eu notei esse ano foi que muitos deles copiaram os resultados entre si. Eu disse que o que eles estavam fazendo era fraude, e que se eles reclamam do governo, eles também são fraudadores e deveriam refletir sobre isso [...] eu acho que isso (revela) uma falta de ética no dia a dia. (Entrevistado B)

[...] o antropocentrismo é muito forte na nossa civilização contemporânea. As pessoas buscam [...] o hedonismo, essa busca de prazer sobre tudo e sobre todas as coisas. Então esse campo ético provoca reflexões neste sentido. Essas são coisas sobre as quais eu muitas vezes também reflito. E com certeza, por serem muito repetidas, vão fazendo você se conformar que as coisas são assim mesmo e não sei se podemos mudá-las, por que já chegaram neste ponto [...] fica difícil trabalhar isso em sala de aula.
(Entrevistado A)

Os educadores entrevistados esperam que essa reflexão sobre a construção de valores possa resultar no desejo de buscar sempre o bem comum e a harmonia nas relações entre humanos e não-humanos.

Embora a sociedade esteja impregnada de valores que privilegiam a individualidade e a obtenção de resultados em um curto prazo, os entrevistados trazem uma dose de otimismo. Eles acreditam que podem ser feitos trabalhos no sentido contribuir para uma reflexão que resulte na desconstrução e construção de valores, hábitos e atitudes, o que poderia resultar em uma ética que fosse sustentável, aberta para ser construída através do diálogo. O que leva a crer que pensar Ética Ambiental é empreender uma busca por valores que não sejam impostos, mas pensados como algo que possa conduzir a prática para o bem de grupos sociais que são compostos por pessoas que, são diferentes e trazem na sua história experiências diversas, não respondendo da mesma maneira aos desafios da vida.

Os frutos esperados por estes educadores são: que os alunos consigam refletir sobre a consequência de seus atos e os impactos que podem ser causados por eles quando realizam determinada escolha em detrimento de outras. Que possam ser coerentes com suas histórias de vida. Que se abram para o diálogo com Outro (entendido como outra pessoa e também o meio ambiente), pois este é dotado de valores, que devem ser levados em consideração em momentos de tomada de decisão profissional.

[...] espero que os novos profissionais que estão chegando no mercado tenham uma consciência ecológica mais apurada, consciência das suas responsabilidades ambientais em relação a sua prática, independente da profissão que seja. Que ele lembre que na verdade não precisa ser mais um, ele até pode ser mais um, mas ele pode fazer a diferença em muitas coisas, das mais simples às mais complexas - tentar levar as pessoas a ter uma outra noção de preservação não só do ambiente natureza, mas da vida como um todo. (Entrevistado E)

O fruto principal é gerar uma profunda inquietação nos alunos, de modo que eles tenham essa vontade de não querer parar de pensar, de ver se está sendo coerente com aquilo que eles acreditam [...] a solução, se é que ela existe é a coerência. [...] (Entrevistado D)

[...] eu vejo a ética como um elemento central na educação ambiental [...] hoje existe muita discussão sobre educação moral, mas a linha que eu me afino dentro desta discussão, é a do entendimento de que ter valores é fundamental para o balizamento da pessoa. O ser humano só consegue se inserir na sociedade, tendo claro o seu posicionamento, se tiver valores muito claros, mas não são valores ditados por alguém ou valores absolutos fora do tempo e do espaço, são valores construídos. E cabe ao educador ambiental apresentar e problematizar esta realidade de modo que se construam valores que possam ser compatíveis com uma visão ambientalista de mundo nas suas diferentes possibilidades. (Entrevistado F)

Outros frutos, como a consolidação e multiplicação de lideranças que possam expandir as ações dentro da temática ambiental, também são desejados pelos

entrevistados, que acreditam que os resultados devem estar além do nível quantitativo. Para estes educadores os frutos serão alcançados na medida em que os educandos levem outras pessoas a refletir sobre a realidade fundamentada pelo pensamento científico moderno, seu modo de conceber o mundo e suas relações. Faz-se necessário questionar as incoerências trazidas por uma postura hegemônica que está presente na sociedade. Mesmo que seja de maneira lenta, é preciso começar.

O fruto que eu pretendo, eu costumo falar isso em cursos de formação de professores e também para alunos, é estar tentando consolidar lideranças que possam levar esses questionamentos e essas práticas diferenciadas para dentro da realidade social. E nessa constituição das práticas realizadas por essas lideranças, trabalhadas sob um ponto de vista do coletivo, não isoladas, mas de construção de movimentos coletivos. Eu vejo como fruto a criação desse movimento de resistência ao que está aí, dominante e hegemônico. Então é o que eu espero [...] eu vejo ex-alunos que hoje estão aí na luta, no movimento ambiental, e isso pra mim é fruto. [...] o fruto para mim é estar conseguindo com que este movimento ganhe força. E eu vejo que a possibilidade de fazer isso é inserindo novas pessoas, novos cidadãos nessa liderança [...] é esse o fruto possível no processo educativo. Eu não tenho a pretensão como educador de conseguir resultados (mensuráveis). Eu não entro no processo educativo esperando por resultados. Eu quero que o meu aluno saia daqui com este comportamento e aquele problema ambiental seja resolvido por conta desta minha intervenção. [...] O que eu pretendo é que com essa ação educativa eu esteja promovendo esse movimento, de resistir, de questionar, de buscar transformar. (Entrevistado C)

Dentro do item que procurou saber sobre o retorno dado pelos educandos, verificou-se que é bastante complicado obter respostas em um curto prazo. Com o passar do tempo alguns alunos entram em contato ou são encontrados em eventos, o que leva a

crer que algo de positivo pode estar ocorrendo. Porém, na maior parte das vezes fica praticamente impossível verificar efetivamente isso, até porque os caminhos que cada educando escolhe durante o processo de formação na universidade e na vida são diferentes, mesmo que eles tenham tido as mesmas experiências e compartilhem das mesmas idéias. O que não é negativo. Acredita-se que a Ética Ambiental deve incluir a reflexão sobre a história, a cultura e os valores, para tentar mostrar em que consiste o bom, visado pelo comportamento moral, dos indivíduos em sociedade.

[...] isso é muito difícil. Hoje os processos são muitos rápidos. Essa rapidez do cotidiano é observada também na graduação. Então o aluno faz um curso com você e já logo está em outro [...] não há muita oportunidade de ver como isso ocorre (os resultados). [...] às vezes você tem depois a possibilidade de um contato [...] (Entrevistado F)

É muito difícil de medir isso. O tempo que eu fico com os alunos é de quinze semanas [...] então não dá pra ver, exceto na confecção dos trabalhos. Aí quando eu vejo que tem alguém se aproveitando de outra coisa assim, então eu entro imediatamente e falo: não é ético copiar literalmente os livros, trabalhos de outras pessoas etc. Esse tipo de postura ética eu consigo identificar ao longo da disciplina, mas a postura ética perante o mundo eu não tenho como avaliar (as realidades são diferentes). (Entrevistado B)

Um dos participantes afirma que o contato freqüente com ex-alunos pode ser considerado como um retorno bastante importante neste processo.

Sei notícia de ex-alunos. [...] sou constantemente procurado por ex-alunos. Minha disciplina está sempre lotada de alunos. A procura pelo meu trabalho no mestrado e doutorado é enorme. Eu viajo o Brasil o tempo inteiro [...] As pessoas estão sempre em contato

comigo [...] eu sou muito visceral e autêntico e isso as pessoas percebem [...] me considero uma pessoa muito bem preparada [...] sou um leitor compulsivo [...] essa afinidade talvez aconteça por causa dessa não dissociação da teoria da prática [...] existe um outro valor que também é fundamental: é a questão do respeito pelo outro [...] (Entrevistado D)

Para aprofundar a reflexão vale a pena interpretar um pouco mais esta última fala. Observa-se que o entrevistado, em sua vida, parece sempre buscar a coerência entre a teoria que é formulada e a sua práxis, o que lhe confere grande credibilidade junto aos alunos e à comunidade acadêmica. Verifica-se isso através da constante procura feita pelos alunos em nível de graduação e pós-graduação, assim como a sua participação em diversos eventos sobre o tema. Estas respostas dadas pelos educandos provêm da atitude, da Ética Ambiental assumida pelo educador ambiental, que parece trazer em seu bojo a questão do respeito pelo outro (humanos e não-humanos). Esta Ética parece não tentar se impor. Percebe-se que ela procura criar oportunidades para a construção de valores que possibilitem uma convivência harmoniosa. Construir uma Ética Ambiental que inclua a felicidade do outro, levando em conta que a sociedade encontra-se imersa num modelo que privilegia o *status quo* do pensamento fragmentado e reducionista, é algo que parece quase impossível de ser realizado.

Um dos participantes da pesquisa, que desenvolve projetos de educação ambiental com alunos em comunidades pobres no Estado do Rio de Janeiro, afirma que os educandos, quando confrontados com a pobreza e com a desigualdade, percebem que precisam fazer uma crítica da realidade. Neste momento há uma reflexão sobre os valores de cada educando. Eles percebem que a questão ambiental está muito além da visão simplista e romântica pregada por algumas correntes. É necessário questionar a realidade e as relações sociais, para que se comece a pôr em prática uma Ética Ambiental.

Eu acho que esses alunos respondem muito numa perspectiva de uma compreensão mais crítica dessa realidade. Nesta perspectiva eu acho que até a própria ética é trabalhada de uma maneira mais

crítica. O que ao meu ver faz com que eles estejam num processo de construção da ética ambiental, ou seja, eles conseguem na sua prática questionar todas essas relações, refletir e tentam fazer a sua prática baseada numa relação diferenciada. E aí está uma perspectiva ética [...] ao meu ver isso faz parte de um processo de construção de uma Ética Ambiental em que eles, ao meu ver, por conta desta vivência (projetos em que estão envolvidos), estão dando uma resposta bastante interessante. (Entrevistado C)

4.1.5 Código de Ética para o Educador Ambiental

A literatura aponta para a criação de um código de ética que possa garantir a dimensão ética do processo de Educação Ambiental (CARVALHO, 2003). Os entrevistados foram questionados sobre este assunto e interessantes depoimentos foram obtidos. Faz-se necessário repetir que os participantes da pesquisa foram selecionados em virtude de suas experiências como educadores ambientais, publicações na área e reconhecimento na comunidade acadêmica, o que confere aos mesmos, credibilidade para tratar do assunto. Alguns foram favoráveis à criação de um código de ética para o educador ambiental, embora tenham revelado que não tiveram oportunidade de refletir mais profundamente sobre o tema. O que remete às respostas que foram obtidas no item sobre a confusão conceitual que envolve a questão da Ética Ambiental na universidade.

Eu concordo. Porque eu acho que um código de ética deve existir em todos os planos. [...] de vez em quando agente fica sem saber o que é ético e o que não é em função do que agente vai vivendo na vida, do que a gente vê nos jornais. A postura das pessoas... Agente não sabe se o que antes era ético se hoje ainda é ético. Quer dizer, até o conceito do que é ético ou não muda com o tempo e geralmente para pior, raramente pra melhor. Eu acho que um código em educação ambiental é urgentíssimo. (Entrevistado B)

Falou-se na criação de um conselho de ética dos profissionais da educação, para que a partir da posição deste conselho fosse criado um código de ética para o educador ambiental.

[...] poderia existir um conselho de ética dos profissionais em educação [...] eu acho que seria uma coisa muito boa se pudessem propor [...] um código de ética para o educador ambiental. O que seria, na verdade, para mim, um código de ética do educador, porque se eu considero a Educação Ambiental como uma nova dimensão da educação. (Entrevistado A)

Esta posição pode suscitar certos questionamentos quando se concorda com Demo (2005) entendendo que a ética é algo que não deve ser decido apenas por um grupo reduzido para ter sua prática realizada por todos. Um pequeno grupo decide o que na prática toda uma comunidade deve fazer? O que é bom para uns pode não ser para todos. Pensar numa ética que seja universal pode resultar em algo que ao invés de respeitar os valores, a história e a cultura, acaba por ditar, alinhar, aprisionar e subordinar.

Alguns afirmaram que ao elaborar um código de ética poder-se-ia delimitar o campo de ação do educador ambiental. Este código teria como finalidade esclarecer o que realmente seria fazer Educação Ambiental, evitando graves problemas que vem ocorrendo com frequência. Segundo um dos entrevistados, existem pessoas que estão desenvolvendo certas atividades que estão fora do que realmente seria considerado Educação Ambiental. O que tem causado confusão no meio acadêmico.

[...] eu acho que se nós temos um código de ética, nós poderíamos definir um pouco mais o que seria esse educador ambiental, e as pessoas não se iludiam elas mesmas, ou pelo contrário, se aprimorariam em outros campos para poder dizer que estão fazendo educação ambiental. (Entrevistado A)

Um dos entrevistados defende a efetiva criação de um código de ética. Ele afirma que o código deve ser pensado com a participação efetiva dos diversos setores envolvidos com as questões ambientais, o que permitiria expressar a face interdisciplinar do tema e minimizar os efeitos de uma ética que fosse imposta. Esse código deveria auxiliar na auto-avaliação que deveria ser realizada por todos os educadores ambientais. O código de ética seria como uma diretriz, um norte onde o educador pudesse encontrar elementos para guiar suas atitudes.

Eu penso que um código de ética traria essa possibilidade de ser um grande auxiliar nessa (auto)avaliação [...] Ele poderia, de alguma maneira, oferecer um norte aos educadores ambientais de determinadas coisas em que ele deveria ser radical. (Entrevistado E)

De acordo com a fala de um dos entrevistados, a primeira vista a criação de um código de ética para o educador ambiental pode ser algo necessário. Entretanto, analisando outras falas, percebe-se que existem certas questões que devem ser levadas em consideração antes de se optar pela criação do código.

No depoimento abaixo, observa-se que ao mesmo tempo em que o entrevistado afirma que um código de ética pode oferecer caminhos para nortear o processo de a práxis do educador, ele vê que há limitantes. Uma crítica é feita à questão da cristalização da ética que seria ocasionada pela aplicação de um código, o que poderia levar a uma contradição diante da complexidade que questões ambientais abarcam. Um código de ética, para existir, deveria ser constantemente avaliado e modificado em função das relações sociais que são dinâmicas.

Eu acho que a criação de um código de ética, como muitos outros códigos que agente vê por aí, acaba se tornando uma necessidade, porque ao estabelecer princípios ele concretiza essas diretrizes. O que facilita, de repente, na sociedade, algum tipo de orientação. Mas ao mesmo tempo a idéia de um código é uma coisa que me incomoda um pouco, porque me dá impressão de a coisa que vai sendo cristalizada, colocada numa fôrma, dentro de uma situação

pré-vista predeterminada. Se acabarmos caindo nesse reducionismo podemos ter dificuldades de transformação e mudanças para além do que está previsto neste código. (Entrevistado C)

Dois educadores posicionaram-se contrários à criação de um código de ética para o educador ambiental, apresentando argumentação bastante interessante. De ambas as falas pode-se extrair elementos importantes para essa reflexão.

Isso é um absurdo. Não há código de ética neste sentido. [...] você pode estabelecer princípios. [...] O que as pessoas estão pensando é em código de conduta. Mas estabelecer um código de ética num sentido mais amplo da palavra, ou um código moral, num sentido de valores é pensar em duas opções: ou assumir que existe algo universal, que vale para todo mundo, ou impor uma determinada concepção (que é de um grupo só) para todos os outros grupos. Por isso eu digo que existem sempre valores dominantes. Nós temos uma tradição na constituição brasileira: o dinheiro tem a frase em Deus nós confiamos. Então é esse o código que vai ser usado? Ou que código é esse? Quem é que vai fazer? Que grupo vai impor ao outro? A questão está muito pouco discutida. Essa confusão de ética, moral, valores, o que é? Tem muita coisa escondida que não é explicitada. Quando as pessoas trazem essas afirmações eu me assusto muito. Essa coisa tem que ser muito cuidadosa. Veja a questão do código de conduta para imprensa. Observe como as pessoas pularam e perguntaram: quem vai determinar isso? É Deus ou um partido? Vivemos numa sociedade complexa. É difícil pensar que se pode enquadrar tudo num mesmo saco. É complicado.

(Entrevistado F)

Eu acho complicado. Dificilmente você consegue estabelecer esse processo. O que vai acontecer é que um pequeno grupo vai definir um código, que de um modo geral vai ser visto pelos demais como algo imposto, porque aí vira uma normatização. E o código não vai ser seguido, a não ser que se criem normas institucionais que digam o seguinte: ou você cumpre aquilo ou sofre uma sanção. O que é muito complicado nesse caso. [...] Faz um código e resulta no quê? Se não tem essa institucionalidade, vai ser um código como vários outros como tem a carta da terra, que as pessoas lêem aquilo e dizem: e daí? Eu não sou obrigado a cumprir aquilo. Então fica inócuo, sem sentido prático. E a outra coisa é esse processo de construção. Se não são valores que foram estabelecidos num amplo processo de construção do coletivo vai virar uma imposição de alguns que vão dizer: não esses são os valores básicos que norteiam nossas ações. Isso na visão de alguns, mas e do coletivo? (Entrevistado D)

Diante das falas destes educadores pode-se iniciar a reflexão partindo do seguinte questionamento: o que é um código? De acordo com Fernandes et al (1992) um código pode ser entendido como uma compilação sistemática de leis, uma reunião de preceitos, regras e princípios, que objetiva regular certas ações. Um código de ética seria, portanto, a reunião de leis, entendidas como normas de conduta e obrigações a serem cumpridas por todos que estivessem sujeitos aquelas leis. Todavia, tratando-se de uma Ética Ambiental, como isso seria formalmente possível, aplicável, factual? Já que são leis, quais seriam as sanções cabíveis aos que violassem o código? Outra questão importante: já que a questão ambiental envolve todos os segmentos da sociedade, haveria um código de ética que tivesse validade universal?

Estes dois educadores ambientais reconhecem que as pessoas precisam de orientação, porém seus argumentos contrários a criação de um código baseiam-se no fato de que essa orientação não deve ser algo que configure uma lei. É algo muito complicado tratar de maneira igual questões tão diferentes e complexas. Impor regras para lidar com as questões ambientais seria como procurar reduzir a multiplicidade e cair nas armadilhas

que a Educação Ambiental tanto busca esquivar-se. Segundo eles, ética não se impõe se adere, se identifica. Para estes educadores, longe de ser universal, a Ética Ambiental deve ser discutida em termos de valores presentes nas sociedades. Só uma reflexão sobre os valores pode trazer essa nova ética tão desejada por educadores ambientais. Para estes educadores alguns questionamentos deveriam ser feitos ao se pensar em uma Ética Ambiental: Quais são os valores dominantes? Quais são os valores dos nossos educandos? Quais são os valores que podemos ajudar a construir? Quais são os elementos que poderíamos trabalhar para ajudar aos educandos a substituir certos valores por outros que privilegiassem o bem comum? Esses poderiam ser pontos de partida para uma reflexão sobre a Ética Ambiental de acordo com a perspectiva destes dois entrevistados.

Hoje em dia está se falando muito sobre (mudança) de valores, e valor não é algo que se mude assim tão drasticamente, do dia pra noite. Não é como mudar uma camisa. Para mudar isso é preciso mudar a sua visão de mundo. (Entrevistado F)

Para estes entrevistados um código de ética poderia ser aceitável caso fosse institucional. O código deveria estar diretamente ligado às instituições que se encarregariam de verificar o cumprimento e as sanções cabíveis àqueles que estiverem agindo de maneira não ética. Do contrário o código não teria aplicação efetiva ficaria sem um sentido prático.

Um dos entrevistados deixa claro em sua fala, que a questão da confusão conceitual é também causadora de problemas no tocante a elaboração de um código de ética. A literatura apresenta a ética como a teoria que reflete estuda a moral, porém também revela que a ética traz em si um caráter prático e normativo, como um conjunto de valores que vão influenciar a prática efetiva, daí a confusão que se instala inclusive entre educadores ambientais o que pode conduzir a vários problemas. Alguns entendem a ética como algo normativo e, conseqüentemente, impositivo. Outros percebem-na como uma disciplina, um braço da filosofia cuja função é investigar uma determinada realidade e dizer o que seria o que seria o bem comum visado pelo comportamento moral dos indivíduos numa determinada sociedade, num determinado tempo e cultura. Neste ponto

encontra-se a confusão conceitual que gera tantos problemas. A ética quando elabora os conceitos correspondentes ao que é o bom, não privilegia o interesse do indivíduo. Pensar em ética é refletir sobre convivência harmônica, conflito de interesses, valores, responsabilidades e argumentação. Segundo Vazquez (2003), concluir que seja possível formular princípios que sejam universalmente válidos poriam por terra a moral histórica. Afastaria da ética justamente aquilo que ela tenta justificar: o porquê dos comportamentos prático-morais. Pois o valor da ética como teoria está justamente no fato de explicar a prática moral, não tentando prescrever ou recomendar com o objetivo de atender a demandas concretas. Porém mesmo no meio acadêmico percebe-se que a ética é entendida como disciplina normativa cuja função seria a de indicar os melhores comportamentos numa perspectiva moral. Mesmo pensando a ética sob uma ótica normativa, é algo bastante complicado crer que uma Ética Ambiental possa ter validade universal.

Quanto aos benefícios obtidos a partir da criação de um código de ética para o educador ambiental:

Resultaria numa coerência maior nas práticas das pessoas. Por exemplo, nessa questão de financiamento de eventos em educação ambiental por empresas que destroem o meio ambiente.
(Entrevistado B)

Como seria bom se esse código ajudasse nesse sentido: o educador a pensar na sua responsabilidade. A ter um norte. Um instrumento de reflexão que ajudasse na sua avaliação pessoal, no ponto de vista de sua práxis como educador. (Entrevistado E)

Nestas falas percebe-se que o código é entendido como um conjunto de princípios e normas que vai ao encontro das necessidades de orientação da práxis do educador ambiental. De acordo com as declarações acima, o código seria um porto seguro onde o educador ambiental poderia avaliar as suas ações, a fim de verificar se estaria sendo ou

não ético, ou seja, se estaria atendendo a interesses particulares ou aquilo que foi, consensualmente definido como o bem.

Um dos entrevistados apresentou duas perspectivas no que diz respeito à criação de um código:

Eu acho que agente hoje vive numa sociedade que agente precisa estar pensando sempre no além, na transformação da realidade com (a criação de) outra realidade. Então eu vejo esses dois lados. Eu teria que pensar melhor para ter uma posição mais consolidada sobre isso. Eu percebo que um código pode estar contribuindo bastante, mas vejo também a possibilidade de limitação que este código pode trazer na medida em que as pessoas podem usar aquilo como único referencial, não ousando ir além.

(Entrevistado C)

As posições contrárias ao código foram mantidas no item que trata dos benefícios que poderiam ser trazidos pelo código.

Eu não vejo função. Com a fraqueza e a dificuldade de reflexão presentes nessa área, eu volto a insistir que qualquer coisa como um código ou um sistema vai ser ruim. Isso me cheira muito impositivo e perigoso. Eu não gostaria de ter isso não.

(Entrevistado F)

Percebe-se que este entrevistado entende a ética como algo não normativo ou preocupado em fornecer diretrizes que sejam universais. Suas falas apresentam uma ética que possui uma concepção filosófica do mundo e do seres humanos, e esta ética seria incompatível com uma visão universal e totalizadora que pretenda impor suas posições a todos independentemente da visão de mundo dos grupos sociais concretos.

Tenho restrições a idéia do código. Acho que se houver a discussão, é possível trazer à tona certas questões importantes, como conduta, relações com o outro respeito pelo outro, pelo bem público, pelo interesse público. Acho que isso já seria uma grande coisa. Mas mantenho que eu falei: não vejo a possibilidade de um efeito prático nesse código. (Entrevistado D)

É possível perceber nesta fala que apesar de um código de ética para o educador ambiental trazer a possibilidade de discussão que envolve temas como a liberdade, a necessidade, a responsabilidade, a consciência e os valores, o que pode até ser considerado válido, este entrevistado não vê a possibilidade de surtirem efeitos concretos deste código. Na prática toda a discussão que envolve a questão da ética e em particular a Ética Ambiental, pressupõe um esclarecimento filosófico prévio que possa dar fundamento ao debate sobre o tema.

A seguir será apresentado o quadro com o sumário dos resultados, o que possibilitará a visualização das principais categorias obtidas a partir das análises das falas dos entrevistados.

TEMAS	RESULTADOS
Conceito de Ética Ambiental / Ecológica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uma nova relação entre sociedade e natureza 2. Algo diretamente relacionado a valores 3. Uma área de estudo dentro da ética mais geral
Consenso sobre ética ambiental na universidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. A confusão conceitual dificulta a construção de um consenso 2. Não existe um consenso sobre o conceito de ética ambiental na universidade 3. Existe um consenso superficial
Principais visões do conceito de ética ambiental na universidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Visão dialógica 2. Visão contraditória 3. Visão autoritária 4. Visão holística 5. Visão ocidental cristã 6. Depende da história do Educador

Como acontece a formação permanente, e a importância desta formação.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizando leituras sobre o tema 2. Através de um exercício diário, aliando prática e teoria 3. Buscando referências no substrato judaico-cristão 4. É importantíssimo e indispensável refletir sobre a própria formação
Mudanças no conceito / noção de ética ambiental ao longo do tempo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não houve transformação essencial 2. Algumas coisas mudam com o tempo e a ocasião
A Ética Ambiental no ambiente da universidade Teoria x Prática	<ol style="list-style-type: none"> 1. Há um discurso estéril e muita contradição entre teoria e prática 2. Essa passagem da teoria para a prática vem acontecendo de maneira gradativa / processual
As contribuições da reflexão sobre a Ética ambiental para a prática do Educador ambiental na universidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Viver os valores confere coerência ao educador 2. Possibilita atuar energicamente para evitar processos de ameaça ao meio ambiente 3. Contribui para a auto-avaliação 4. O que é ético e o que não é?
Como a reflexão sobre a ética ambiental pode favorecer o trabalho interdisciplinar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os feudos existem até dentro da educação ambiental 2. Os feudos continuam e estão sendo reforçados
A importância da Ética Ambiental para o educando	<ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilita repensar a prática, os valores, o modo de encarar as relações em sociedade e a natureza 2. É muito importante para a vida do educando 3. Todas as áreas (profissões) deveriam preocupar-se com a questão ambiental
Como trabalha a Ética Ambiental com os educandos	<ol style="list-style-type: none"> 1. É difícil, pois as pessoas são formadas independentemente da universidade 2. Alertando que práticas não éticas em sala de aula poderão resultar em práticas não éticas na vida 3. O antropocentrismo dificulta uma reflexão sobre a ética com os educandos
Frutos esperados pelo educador a partir dessa discussão sobre a Ética Ambiental com os educandos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tenham uma consciência ecológica mais apurada e responsabilidade ambiental 2. Que sejam coerentes com a proposta da EA unindo teoria e prática 3. Consolidar lideranças na EA

O retorno dado pelos educandos	<ol style="list-style-type: none">1. Não dá para saber devido rapidez do processo2. A procura e o contato constante dos ex-alunos3. Compreensão mais crítica da realidade (através de depoimentos)
A importância da criação de um código de ética para o educador ambiental na universidade e os possíveis benefícios trazidos pelo código	<ol style="list-style-type: none">1. Concordo, pois a ética ambiental não está clara para o educador ambiental2. Deveria existir um conselho de ética para o educador ambiental3. Ajudaria a definir o que é ser educador ambiental4. Pode tornar-se um excelente instrumento de reflexão e avaliação para o educador ambiental5. Pode dar uma certa orientação, mas pode cristalizar-se, limitando a prática6. Seria um absurdo, seria algo imposto7. Não traria benefícios. Um código de ética deste tipo não tem sentido prático

Quadro 1 - Sumário dos Resultados

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não tem a intenção de oferecer um caminho certo para que sejam resolvidas as questões relativas ao tema. O que se pretende é, antes de tudo, apresentar certas considerações que podem contribuir para a reflexão sobre o assunto e fornecer elementos para a continuidade da busca aqui iniciada.

É importante ressaltar que após proceder a revisão de literatura e realizar a análise das falas dos entrevistados, partindo da perspectiva da pesquisa qualitativa, o autor deste trabalho reorganizou e até mesmo abandonou certas idéias que já pareciam claras antes de iniciar a pesquisa. A primeira delas seria sobre o próprio conceito de Ética Ambiental. Uma outra pré-concepção seria quanto à criação de um código de ética para o educador ambiental que atua na universidade.

Outro dado importante: foi possível observar que a trajetória dos entrevistados na Educação Ambiental está ligada diretamente à história de vida de cada um. Embora esta não tenha sido uma das questões abrangidas por esta pesquisa, todos os entrevistados relataram que sempre tiveram um grande amor pela natureza e pelas pessoas, de uma maneira geral, o que pode justificar o interesse pelo trabalho na área da EA, que carrega em si a complexidade das relações homem-sociedade-natureza.

Os documentos resultantes das conferências que trataram do tema meio ambiente e a literatura atual apresentam diversos caminhos para lidar com a questão ambiental. Entretanto, verifica-se que na prática, em especial no ambiente da universidade, muitos conceitos que envolvem o tema ainda encontram-se confusos e mal esclarecidos. Observa-se que os caminhos para a solução da crise ambiental emergente, embora tenham sido apontados, são, na prática, no nível da educação superior, ainda pouco explorados. Não obstante esforços sejam realizados para fazer a Educação Ambiental acontecer no ensino superior, verifica-se, de acordo com os autores apresentados neste estudo e falas dos entrevistados, que as ações educativas na universidade acontecem de maneira lenta, segmentada e distante da interdisciplinaridade que é inerente à proposta da Educação Ambiental.

Embora alguns segmentos da sociedade tenham percebido a real possibilidade de a humanidade destruir-se, e tenham tido a visão de que o meio físico natural tem um

limite que precisa ser respeitado, a ação, rumo a solução desta crise, encontra-se emperrada pelos mais diversos motivos.

Tanto na revisão de literatura, quanto nas falas dos entrevistados, é possível observar que uma das vias para que se consiga pensar na solução da crise ambiental está no campo da ética. Entretanto, confirma-se mais uma vez a confusão conceitual existente, mesmo entre os educadores ambientais que atuam no ensino superior.

A literatura apresenta a ética como uma teoria que traz em seu bojo a idéia de que a sua função é dizer o que seriam comportamentos que levariam ao bem comum, contribuindo para fundamentar ou justificar os comportamentos prático-morais, procurando explicar o porquê de determinados comportamentos. Entretanto, esse bem comum é algo bastante difícil de ser definido. Principalmente no âmbito da Educação Ambiental porque esta, por sua característica interdisciplinar e complexa, envolve muitos elementos.

Durante as entrevistas percebeu-se que a principal confusão ao redor da questão da ética é conceitual. Muitos ao refletir sobre a ética normalmente conferem-lhe um caráter apenas normativo. E este pode ser considerado um grande erro. Pensar em ética significa refletir sobre convivência entre as pessoas, os grupos sociais, e a natureza. Trabalhar com uma ética que seja apenas normativa, sem pensar na questão dos valores, das necessidades, da vontade, na liberdade e na responsabilidade dos envolvidos é algo que pode levar aos erros que a Educação Ambiental tanto quer evitar: a dominação, a imposição e o reducionismo. Estes fatos implicam em mudanças radicais e tornam a tarefa de pensar em uma Ética Ambiental algo nada fácil para o educador ambiental, especialmente na universidade que institucionalmente é conservadora e como tal, demora a incorporar as mudanças em suas estruturas. A reflexão sobre a Ética Ambiental, de uma maneira geral, ainda não facilitou a discussão sobre a interdisciplinaridade no ambiente da universidade. As falas dos entrevistados revelaram ser importantíssimo debater e avaliar constantemente qualquer tipo de decisão que seja tomada em torno da ética, pois os homens mudam e com eles seus valores, suas crenças e conseqüentemente suas práticas. Deixando clara a necessidade de pesquisas que possam dar continuidade para a busca aqui iniciada.

Verifica-se que é importantíssimo pensar na formação moral e ética dos educandos. Porém a realidade da universidade impede que haja um contato mais estreito

que possibilite a avaliação efetiva de qualquer trabalho realizado com educandos em um nível ético. Este tipo de educação não pode ser avaliado quantitativamente. É necessário tempo para verificar os resultados de reflexões feitas em torno dos temas complexos da ética: valores, responsabilidades, necessidades, atitudes etc.

A criação de um código de ética para o educador ambiental que atua na universidade divide os educadores. O que pode dizer é que efetivamente um código de ética só teria aplicabilidade se fosse implementado institucionalmente. A revisão de literatura e os argumentos apresentados por entrevistados fazem crer que pensar em um único código que seja abrangente a ponto de atender a todas as demandas e ser efetivamente aplicável (já que um código de ética para ser válido, para situar a moral efetiva deve referir-se a um grupo social específico) é algo que na prática torna-se impossível de ser implementado. Embora os educadores ambientais precisem de orientação quanto as suas práticas, tanto em um nível pessoal, quanto profissional, é bastante difícil pensar numa Ética Ambiental que possa ser livremente aceita por todos.

Sabe-se que todas as éticas exalam regulação, porém a regulação no sentido da construção de um código, poderia trazer problemas ainda maiores. Diante deste fato, como proceder no sentido de responder a pergunta ética: como viver? Como encontrar um caminho seguro para fazer a Educação Ambiental acontecer em todos os níveis? Não existem respostas prontas. Outros estudos devem ser realizados para aprofundar ainda mais a questão da Ética Ambiental, especialmente no nível superior. Pode-se pensar, por exemplo, em um estudo para tratar da questão da ética ambiental sob a perspectiva dos educandos.

O que se conclui é que para que a universidade possa oferecer alternativas que sejam realmente válidas, é preciso que institucionalmente aconteçam mudanças. Tais transformações devem fornecer condições para que a proposta de uma Educação Ambiental orientada por uma Ética Ambiental que seja relativa, sem ser relativista, possa acontecer (Demo, 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Célio Silveira. Desenvolvimento sustentado e competitividade: Tipos de estratégias ambientais empresariais. **TECBAHIA – Revista Baiana de Tecnologia**. Camaçari, v. 12, n.2, p. 71-86, 1997.

ARAÚJO, José Willian Corrêa. **Exigências éticas de uma co-responsabilidade com a criação – uma proposta de ética ecológica**. Dissertação (Mestrado em Teologia) Rio de Janeiro: Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica, 2001.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

AUGUSTO, Thaís Gimenez da Silva et al. Interdisciplinaridade: concepções de professores da área ciências da natureza em formação em serviço. **Ciência e Educação**. V. 10, n. 2, p. 277-289, 2004.

BRANCO, Sandra. **Educação ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

BURSZYN, Marcel (org.) **Ciência, Ética e Sustentabilidade – desafios ao novo século**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Isabel C. M. O ambiental como valor substitutivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L. et al. **Textos escolhidos em educação ambiental: de uma América à outra**. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, p. 85-90.

_____. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Os sentidos de ambiental: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique (org). **A complexidade ambiental**. Blumenau: Cortez / Edifurb, 2003.

CARVALHO, Vilson Sérgio. Ética na Educação Ambiental e a Ética da Educação Ambiental. In: MACHADO, Carly Barboza et al. **Educação Ambiental consciente**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2003. p. 29-46.

CASTRO, Ronaldo Souza de et al. Universidade Meio Ambiente e parâmetros curriculares nacionais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação em debate**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 158-179

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CREMASCHI, Sérgio. Tendências neoaristotélicas na ética atual. In: OLIVEIRA, Manfredo A.(org.) **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 09-30.

DEMO, Pedro. **Éticas Multiculturais: Sobre a convivência humana possível**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DIAS, Geraldo freire. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 25 ed. São Paulo: Ed. Globo, 1992.

FERRERO, Elisabeth M. e HOLLAND, Joe. **Carta da Terra: reflexão para ação**. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire: 2004.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, Mario. Educação para o desenvolvimento sustentável. UFSC – **Perspectiva**. Florianópolis, v. 22, n.2, p. 547-575, 2004.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org). **Pesquisa Social**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, Simone S. Moreira, TOMAZELLO, Maria G. Carneiro. A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26. 2003, Poços de Calda. **Anais eletrônicos**. Poços de Calda. Ed. ANPED, 2003. Disponível em: <http://www.amped.org.br/inicio.html> . Acesso em: 20 nov de 2004.

IMBERT, Francis. **A questão da ética no campo educativo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

IRIBARRY, Isac Nikos. Aproximações sobre a Transdisciplinaridade: Algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 483-490, 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (org). **A complexidade ambiental**. Blumenau: Cortez / Edifurb, 2003.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. México: Siglo XXI/CIICH-UNAM/PNUMA, 1998.

LEIS, Hector Ricardo. Ética ecológica: análise conceitual e histórica de sua evolução. In: LEIS, Hector Ricardo (org.). **Reflexão cristã sobre o meio ambiente**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 51-76.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento**. Tese (Doutorado em Agricultura) Piracicaba: Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educação Ambiental e Universidade: Considerações Críticas. **Paradoxa**. Niterói, n. 17, p.57-63, 2004.

MARCONDES, Danilo. Ciência, Técnica e Natureza: uma análise Histórico-filosófica. In: LEIS, Hector Ricardo (org.). **Reflexão cristã sobre o meio ambiente**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 31-40.

MARSHALL, Catherine, ROSSMAN, Gretchen B. **Designing Qualitative research**. 3 ed. United States of América: Sage Publications, 1999.

MAYRING, Philip. **Einführung in die qualitative Sozialforschung** [Introdução à pesquisa social qualitativa]. 5 ed. Weinheim: Beltz, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br> Acesso em: 10 abr 2005.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in Education**. New York, Jossey-Bass: 1998.

MILES, Mattheew, HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative data análise**. 2 ed. Thousand Oaks, SAGE: 1994.

MININI, N. A formação dos professores em educação ambiental. In: **Textos sobre capacitação em educação ambiental**. Oficina Panorama da Educação Ambiental, MEC-SEF-DPEF-Coordenação de Educação Ambiental. Brasília, 2000. p. 15-22.

MONDIN, Battista. **O homem: quem é ele? Elementos de antropologia filosófica**. 9 ed. São Paulo: Paulus, 1980.

MORA, José Ferrarter. **Dicionário de Filosofia**. 3 ed. São Paulo: Martis Fontes, 1998.

MORADILLO, Edílson F., OKI, Maria da C. M. Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades. UFBA - **Química Nova**. Salvador, v. 27, n. 2. p. 332-336, 2004.

NOAL, Fernando de Oliveira. Os ritmos e os riscos: considerações sobre globalização, ecologia e contemporaneidade. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação em debate**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 67-85.

PATTON, M. **How to use qualitative methods in evaluation**. Newbury Park, CA: SAGE, 1987.

PEDRINI, Alexandre Gusmão, DE-PAULA, Joel Campos. Educação Ambiental: críticas e propostas. In: PEDRINI, Alexandre Gusmão (org). **Educação Ambiental. Reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 88-145.

PELIZZOLI, Marcelo L. **Correntes da ética ambiental**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUINTAS, José Silva. A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: SEMINÁRIO SOBRE A FORMAÇÃO DO EDUCADOR PARA ATUAR NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL. 1995. **Anais**. Brasília: Instituto Brasileiro do meio ambiente e dos recursos renováveis, p. 20-23, 04 a 07 de julho de 1995.

RIOJAS, Javier. A complexidade ambiental na universidade. In: LEFF, Enrique (org). **A complexidade ambiental**. Blumenau: Cortez / Edifurb, 2003.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**. Belo Horizonte, n.12, p.232-257, 2001.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**. UFMT – v. 10, 1997. Disponível em: <http://cqi.ufmt.br/revista> . Acesso em: 12 jan 2004.

CARTA DE BELGRADO, 1975, Belgrado. Seminário internacional de educación ambiental. Belgrado, 13-22 outubro de 1975. Disponível em: <http://www.jmarcano.com/index.html> Acesso em: 12 jan de 2005.

SIQUEIRA, Josafá Carlos. **Ética e meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SOUZA, Roosevelt Fidelis de. **Uma experiência em educação ambiental: Formação de valores socioambientais**. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, 2003.

TOZONI-REIS, Maria Freitas Campos. **Natureza, razão e história: contribuições para uma pedagogia da educação ambiental**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VASCONCELOS, Maria das Mercês Navarro. **Educação Ambiental: Ponte entre diferentes áreas do conhecimento**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **ÉTICA**. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WITTH, Danielle M., GAMON, Julia A. The art of Situated Narrative: A tool to teach Environmental Ethics. **Journal of Vocational Education Research**. Iowa. v. 24, n. 1, p. 45-61, 1999.

WOLCOTT, Harry F. **Writing up qualitative research**. Newbury Park, SAGE: 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA

1 Qual o conceito/noção de ética ambiental/ecológica para o educador ambiental que atua na universidade?

1.1 Na sua opinião o que é ética ambiental? (OPINIÃO)

1.2 Existe um consenso entre os educadores ambientais na universidade sobre o que é ética ambiental? Poderia falar mais sobre isso? (OPINIÃO)

1.3 De acordo com sua experiência, quais são as principais visões (acerca do conceito de ética ambiental) que você identificou nos seus colegas (educadores ambientais) na universidade? (COMPORTAMENTO / EXPERIENCIA)

2 O que este educador pensa sobre a importância de incorporar a reflexão a cerca desses conceitos à sua formação permanente?

2.1 Como você trabalha a sua formação permanente no que diz respeito à ética ambiental? (CONHECIMENTO)

2.2 Na sua opinião, qual a importância dessa reflexão (sobre a própria formação)? (OPINIÃO)

2.3 Como suas idéias mudaram ao longo do tempo? (COMPORTAMENTO / EXPERIENCIA)

3 Como este conceito/noção pode influenciar a prática do educador ambiental no trabalho do dia-a-dia (na universidade)?

3.1 Alguns diriam que essa reflexão teórica não se traduz na prática. Você concorda com essa afirmação? (OPINIÃO / VALORES)

3.2 Como essa reflexão se traduz no seu dia-a-dia? Ou seja, quais as práticas que resultam desta reflexão? (COMPORTAMENTO / EXPERIENCIA)

3.3 Algumas pessoas dizem que na universidade as pessoas se isolam em “feudos disciplinares”. No seu caso, como essa reflexão sobre a ética ambiental favorece o trabalho interdisciplinar? (COMPORTAMENTO / EXPERIENCIA)

4 Qual a importância em se preocupar com a formação ética dos educandos? Como uma formação ética pode influenciar a vida (como viver) e as decisões profissionais dos educandos?

4.1 Você disse que seria (ou não) importante que o educador ambiental refletisse acerca da ética ambiental na universidade. Porque seria importante para o educando também refletir sobre a questão da ética ambiental? (OPINIÃO / VALORES)

4.2 Como você vivencia o diálogo entre a sua auto-formação e a formação dos educandos? Ou seja, como você trabalha a ética ambiental com os educandos? (COMPORTAMENTO / EXPERIENCIA)

4.3 Qual o retorno dado pelos educandos sobre como a reflexão a cerca da ética ambiental tem influenciado as suas vidas em um nível pessoal e profissional? (SENSIBILIDADE)

4.4 Quais são os frutos que você espera que resultem desta reflexão sobre a ética ambiental na vida profissional dos educando? (VISÃO)

5 É importante pensar na criação de um código de ética para o educador ambiental na universidade? Por que?

5.1 Alguns diriam que seria importante criar um código de ética para o educador ambiental que atua na universidade, você concorda? Por que? (OPINIÃO)

5.2 Que benefícios resultariam desse código de ética? (OPINIÃO)

6) Sugestões, críticas e comentários.

6.1 Você gostaria de fazer alguma crítica ou acrescentar algo ao que nós conversamos durante a entrevista?

6.2 Você sugere algum profissional para ser entrevistado?

ANEXOS

ANEXO 1

**Patton, M.Q.(1987). *How to Use Qualitative Methods in Evaluation*. Newbury Park, CA: Sage.
Summary Guidelines for Interviewing**

There is no one right way of interviewing, no single correct format that is appropriate for all situations, and no single way of wording questions that will always work. The particular evaluation situation, the needs of the interviewee, and the personal style of the interviewer all come together to create a unique situation for each interview. Therein lie the challenges of depth interviewing: situational responsiveness and sensitivity to get the best data possible.

There is no recipe for effective interviewing, but this chapter has offered some guidelines. These guidelines are summarized below.

- (1) Throughout all phases of interviewing, from planning through data collection to analysis, keep centered on the purpose of the evaluation. Let that purpose guide the interviewing process.
- (2) The fundamental principle of qualitative interviewing is to provide a framework within which respondents can express their own understandings in their own terms.
- (3) Understand the strengths and weaknesses of different types of interviews: the informal conversational interview; the interview guide approach; and the standardized open-ended interview.
- (4) Select the type of interview (or combination of types) that is most appropriate to the purposes of the evaluation.
- (5) Understand the different kinds of information one can collect through interviews: behavioral data; opinions; feelings; knowledge; sensory data; and background information.
- (6) Think about and plan how these different kinds of questions can be most appropriately sequenced for each interview topic, including past, present, and future questions.
- (7) Ask truly open-ended questions.
- (8) Ask clear questions, using understandable and appropriate language.
- (9) Ask one question at a time.
- (10) Use probes and follow-up questions to solicit depth and detail.
- (11) Communicate clearly what information is desired, why that information is important, and let the interviewee know how the interview is progressing.
- (12) Listen attentively and respond appropriately to let the person know he or she is being heard.
- (13) Avoid leading questions.
- (14) Understand the difference between a depth interview and an interrogation. Qualitative evaluators conduct depth interviews; police investigators and tax auditors conduct interrogations
- (15) Establish personal rapport and a sense of mutual interest.
- (16) Maintain neutrality toward the specific content of responses. You are there to collect information not to make judgments about that person.
- (17) Observe while interviewing. Be aware of and sensitive to how the person is affected by and responds to different questions.
- (18) Maintain control of the interview.
- (19) Tape record whenever possible to capture full and exact quotations for analysis and reporting.
- (20) Take notes to capture and highlight major points as the interview progresses.
- (21) As soon as possible after the interview check the recording for malfunctions; review notes for clarity; elaborate where necessary; and record observations.
- (22) Take whatever steps are appropriate and necessary to gather valid and reliable information.
- (23) Treat the person being interviewed with respect. Keep in mind that it is a privilege and responsibility to peer into another person's experience.
- (24) Practice interviewing. Develop your skills.
- (25) Enjoy interviewing. Take the time along the way to stop and *hear* the roses.

Variations in Evaluation Research Interview Instrumentation

<i>Type of Interview</i>	<i>Characteristics</i>	<i>Strengths</i>	<i>Weaknesses</i>
Informal Conversational Interview	Questions emerge from the immediate context and are asked in the natural course of things; there is no predetermination of question topics or wording.	Increases the salience and relevance of questions; interviews are built on and emerge from observations; the interview can be matched to individual and circumstances	Different information collected from different people with different questions. Less systematic and comprehensive if certain questions do not arise "naturally." Data organization and analysis can be quite difficult.
Interview guide Approach	Topics and issues to be covered are specified in advance, in outline form; interviewer decides sequence and wording of questions in the course of the interview	The outline increases the comprehensiveness of the data and makes data collection somewhat systematic for each respondent. Logical gaps in data can be anticipated and closed. Interviews remain fairly conversational and situational.	Important and salient topics maybe inadvertently omitted. Interviewer flexibility in sequencing and wording questions can result in substantially different respondents, thus reducing the comparability of responses.
Standardized open-ended questions	The exact wording and sequence of questions are determined in advance. All interviews are asked the same basic questions in the same order.	Respondents answer the same questions, thus increasing comparability of responses; data are complete for each person on the topics addressed in the interview. Reduces interviewer effects and bias when several interviewers are used. Permits decision makers to see and review the instrumentation used in evaluation. Facilitates organization and analysis of data.	Little flexibility in relating the interview to particular individual and circumstances; Standardized wording of questions may constrain and limit naturalness and relevance of questions and answers.
Closed quantitative interview	Questions and response categories are determined in advance. Responses are fixed; respondent chooses from among these fixed responses.	Data analysis is simple; responses can be directly compared and easily aggregated; many questions can be asked in a short time.	Respondents must fit their experiences and feelings into the researcher's categories; may be perceived as impersonal, irrelevant and mechanistic. Can distort what respondents really mean or experienced by completely limiting their response choices

Table 5.2

A Matrix of Question Options			
	Past	Present	Future
Behavior/experience questions			
Opinion/value questions			
Feeling questions			
Knowledge questions			
Sensory questions			
Demographic/background questions			